



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria Teresa da Silva Morais](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)), após ter declarado aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Provedor de Justiça, o Conselho Económico e Social, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior de Informações, o Conselho Superior de Segurança Interna, o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Conselho de Estado, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Superior dos Tribunais

Administrativos e Fiscais, o Conselho Nacional de Procriação Medicamentada Assistida, a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

No seguimento de a Presidente ter dado conta do adiamento da eleição para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, intervieram os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 62/XVII/1.^a (GOV) — Altera a Lei Eleitoral do Presidente da República e a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de alargar a emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em matéria de publicidade das deliberações, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs 545/XVII/1.^a (PAN) — Altera diversos diplomas, procedendo ao alargamento da emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como ao alargamento do direito de voto antecipado e ao estabelecimento da obrigação de disponibilização de matriz em braille dos boletins de voto no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais Projeto de Lei n.º 552/XVII/1.^a (L) Introdz regras sobre o uso de inteligência artificial no âmbito de campanhas eleitorais Projeto de Resolução n.º 689/XVII/1.^a (CH) Recomenda ao Governo que concretize, com urgência, o alargamento do regime de direito de antena às rádios locais em todos os atos eleitorais. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados **Patrícia Carvalho** (CH), **Paula Santos** (PCP), **Paulo Muacho** (L), **Jorge Galveias** (CH), **Filipe Sousa** (JPP), **Davide Amado** (PS), **Rodrigo Saraiva** (IL), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) e **António Rodrigues** (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 483/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação na Venezuela mantendo como prioridade a segurança, o bem-estar e a proteção da comunidade portuguesa aí residente, 767/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que mova todos os esforços no sentido de garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, 768/XVII/1.^a (IL) — Pela intensificação dos esforços diplomáticos e consulares para a libertação de cidadãos portugueses e luso-venezuelanos detidos na Venezuela, 772/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a promoção de esforços pela libertação total e incondicional dos presos políticos portugueses e lusodescendentes na Venezuela, 790/XVII/1.^a (PAN) — Pelo reforço das medidas de proteção da comunidade lusodescendente na Venezuela, 802/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a proteção da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a defesa ativa do Direito Internacional, 804/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reforço da proteção e acompanhamento da comunidade portuguesa na Venezuela, 807/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a promoção de uma transição política, democrática e pacífica na Venezuela e para a restauração do Estado de direito no país e 808/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta consular à comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a intensificação dos esforços diplomáticos para a libertação de presos políticos. Intervieram, a diverso título, os Deputados **José Cesário** (PSD), **Ricardo Dias Pinto** (CH), **Rui Rocha** (IL), **Eurico Brilhante Dias** (PS), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Fabian Figueiredo** (BE), **Rui Tavares** (L), **João Torres** (PS), **Pedro Correia** (CH), **Filipe Sousa** (JPP), **Paula Santos** (PCP), **Paulo Neves** (PSD) e **Pedro Pinto** (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 502/XVII/1.^a (CH) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, integrando a medicina dentária na carreira especial médica do Serviço Nacional de Saúde, 365/XVII/1.^a (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, 412/XVII/1.^a (PS) — Cria a carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, 544/XVII/1.^a (PAN) — Procede à criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e 553/XVII/1.^a (L) — Cria a carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 778/XVII/1.^a (PCP) — Criação da carreira especial de médico dentista no SNS. Proferiram intervenções, a diverso

título, os Deputados **Marta Martins da Silva** (CH), **Fabian Figueiredo** (BE), **Eurídice Pereira** (PS), **Paulo Muacho** (L), **Paula Santos** (PCP), **Joana Cordeiro** (IL), **Alberto Machado** (PSD), **Susana Correia** (PS), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) e **Cláudia Estevão** (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 334/XVII/1.^a (PS) — Cria o suplemento de agente único de transportes coletivos, e 540/XVII/1.^a (PAN) — Procede à criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, bem como os Projetos de Resolução n.ºs 126/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição da carreira de agente único de transportes coletivos, 515/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de agente único de transportes coletivos, com estatuto próprio e valorização remuneratória adequada, 789/XVII/1.^a (PAN) — Pela criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, e 809/XVII/1.^a (L) — Recomenda a valorização dos trabalhadores que exercem funções de agente único de transportes coletivos. Intervieram, a diverso título, os Deputados **Rosa Isabel Cruz** (PS), **Almiro Moreira** (PSD), **Paulo Seco** (CH), **Alfredo Maia** (PCP), **Eliseu Neves** (CH), **Jorge Pinto** (L), **Margarida Afonso** (PS), **Paulo Nuncio** (CDS-PP), **Rodrigo Saraiva** (IL), **Francisco Pimentel** (PSD) e **Marina Gonçalves** (PS).

Discutiram-se, os Projetos de Resolução n.ºs 716/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a preservação do património digital, nomeadamente o associado ao SAPO Blogs, 782/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, 788/XVII/1.^a (PAN) — Pela preservação de conteúdos digitais históricos relevantes para a cultura portuguesa, 800/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que assegure a preservação do acervo do SAPO Blogs, e 805/XVII/1.^a (L) — Salvar e valorizar o património digital em Portugal. Proferiram discursos, a diverso título, os Deputados **Rodrigo Saraiva** (IL), **Daniel Teixeira** (CH), **Paulo Lopes Silva** (PS), **Fabian Figueiredo** (BE), **Filipa Pinto** (L), **Liliana Sousa** (PSD), **Alfredo Maia** (PCP), **Leandro Ferreira Luís** (PSD), **Pedro Tavares** (CH) e **Rui Tavares** (L).

Deu-se conta dos resultados das eleições que decorreram durante a reunião plenária, não tendo sido eleito, para Provedor de Justiça, o candidato Tiago Barreto Caldeira Antunes (PS), e tendo sido eleitos:

Para Presidente do Conselho Económico e Social, **Luís Miguel Pais Antunes** (PSD);

Para o Conselho Superior da Magistratura, **Alfredo José Leal Castanheira Neves** (PSD), **Rui Manuel Lobo Gomes da Silva** (CH), **Cláudia Maria Cruz Santos** (PS), **António José Barradas Leitão** (PSD), **Nuno Ricardo Gonçalves Martins** (CH), **Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz** (PSD) e **Vitor José Pereira Teixeira de Sousa** (PS);

Para o Conselho Superior da Defesa Nacional, **Bruno Miguel Pedrosa Ventura** (PSD) e **Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César** (PS);

Para o Conselho Superior de Informações, **Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo** (PSD) e **Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão** (PS);

Para o Conselho Superior de Segurança Interna, **António Costa Rodrigues** (PSD) e **Rui Paulo Duque Sousa** (CH);

Para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, **Luciano Manuel Calheiros Gomes** (PSD);

Para o Conselho de Estado, **Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares** (PSD), **André Claro Amaral Ventura** (CH), **Carlos Manuel Félix Moedas** (PSD), **Pedro Miguel de Azeredo Duarte** (PSD) e **Carlos Manuel Martins do Vale César** (PS);

Para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, **Maria Germana de Sousa Rocha** (PSD) e **Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro** (PS);

Para o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários,

Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier (PSD) e Paulo Jorge Ramos de Faria (CH);

Para o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Susana Antas Videira (PSD);

Para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, foram eleitos António Alfredo Delgado da Silva Preto (PSD), Hélder Nuno de Jesus da Cruz Oliveira Pereira Pombo (CH), Helena Maria Mesquita Ribeiro (PS) e Joaquim Manuel Freitas da Rocha (PSD);

Para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra (PSD);

Para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, Jorge Alexandre Mendes Pedrosa (PSD);

Para o Conselho Superior do Ministério Público,

Fernando Jorge de Loureiro de Roboredo Seara (PSD), Fernando José da Silva (CH), Vânia Gonçalves Álvares (PS), Pedro Miguel Neves de Sousa (PSD) e Cristiana Alexandra Vaz Ramos da Silva (CDS-PP);

Para o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, Jorge Miguel Esteves Teixeira (IL) e Patrícia Carla Serrano Gonçalves (L);

Para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, João Filipe Monteiro Marques (PSD) e Raquel Helena Veiga Saraiva Franco Moniz (PS);

Para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, Maria Cândida Guedes Machado Antunes Oliveira (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa sessão de hoje.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Peço às autoridades que abram as galerias ao público e passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, Francisco Figueira, para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente. É apenas para informar a Câmara que já se encontram disponíveis nos suportes informáticos da Assembleia da República as iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado. Vamos dar alguns segundos para que as pessoas que nos visitam hoje se possam sentar e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados possam tomar os seus lugares.

Pausa.

Temos uma ordem do dia muito longa e por isso peço às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares no Hemiciclo para que possamos começar.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos consiste nas eleições para os órgãos externos da Assembleia da República: Provedor de Justiça, Conselho Económico e Social, Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Superior de Informações, Conselho Superior de Segurança Interna, Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, Conselho de Estado, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Comissão Nacional de Proteção de Dados, que decorrerão na sala do Senado entre as 15 horas e as 17 horas.

Há, no entanto, um aviso a fazer relativamente ao facto de não se fazer hoje a eleição para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, uma vez que, tal como se discutiu ontem na Conferência de Líderes, havendo dúvidas relativamente às pessoas que tinham sido indicadas para este órgão que seria hoje eleito, foi submetida esta temática à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados que, entretanto, fez chegar à Mesa um ofício no qual informa que, atendendo ao carácter urgente, ao tempo disponível para o efeito e considerando a complexidade da matéria, não estão reunidas as condições necessárias para a emissão de parecer sobre o tema na presente data. Sendo assim, tal como ontem se admitiu na Conferência de Líderes, não sendo possível clarificar este assunto hoje, a eleição para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal será adiada.

O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É precisamente no sentido desse assunto que referiu.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para lhe dar um esclarecimento.

Ao contrário do que disse, a Conferência de Líderes não fez depender o parecer da eleição. Por isso, ficou claro para o PSD, para o Chega e para o CDS — maioritários nesta Câmara — que esse parecer não era

vinculativo nem necessário. É importante dizer isto porque houve uma deliberação feita por uma maioria larga que forma este Parlamento.

Assim sendo, tendo a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados reunido de emergência para determinar uma questão que tinha sido colocada, não tendo sido possível, tinha ficado previamente definido que isso não impediria a realização da eleição. Repito, tinha ficado definido pelos três maiores, enfim, pelos dois maiores partidos e, em coligação, com o CDS-PP.

Por isso, não há razão nenhuma para se adiar uma eleição que a maioria do Parlamento quer realizar, que está previsto realizar e que, em Conferência de Líderes, a maioria decidiu realizar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque, repito, a informação que nos foi dada e que pode ser confirmada é que a questão foi, de facto, colocada, tendo sido deixado claro que não era vinculativo, o que significa que a eleição pode decorrer exatamente nos mesmos termos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E foi alcançado um acordo entre os dois maiores partidos do Parlamento para que a mesma possa decorrer.

Por conseguinte, a menos que o PSD diga o contrário, penso que temos condições para poder avançar com a eleição, se necessário votando...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado. A convicção com que fiquei — mas a questão não é pessoal e, portanto, já pedi aos serviços que confirmassem as notas retiradas da Conferência de Líderes de ontem — foi a de que o parecer da Comissão seria determinante para a realização da eleição hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não foi, não!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Os serviços confirmam que a convicção do Presidente e as notas que têm é de que, não havendo clarificação do tema hoje, a eleição seria adiada. De resto, tenho memória de que até foi, eu não o disse aqui porque não temos de ficar vinculados a esse aspeto, mas foi até sugerido que se fizesse na próxima semana.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, esta é a interpretação, não minha, mas que os serviços me estão a comunicar que têm relativamente ao que se passou na Conferência de Líderes de ontem.

Em todo o caso, tenho um pedido de palavra do Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do PSD. Suponho que seja para uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exatamente, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sobre?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sobre o mesmo tema, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certo, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, estava precisamente a exercer o dever e o direito de voto quando me foi comunicado que o Sr. Deputado André Ventura estava a fazer esta interpelação e quando constatei que não era possível realizar a eleição para o Conselho de Opinião da RTP (Rádio Televisão Portuguesa).

Sr.^a Presidente, salvo melhor entendimento, creio que a eleição se podia realizar hoje. Não foi por acaso que o Grupo Parlamentar do PSD solicitou que o parecer fosse feito pelos serviços jurídicos da Mesa e não pela Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Foi porque antevi que fosse difícil ter o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a tempo e horas. Por isso, não vejo razão nenhuma para que a eleição não se faça hoje, tanto mais que o parecer não é vinculativo.

De resto, tive ocasião de transmitir, na reunião da Conferência de Líderes, que a posição do Grupo Parlamentar do PSD sobre o entendimento da lei é que não havia nenhum impedimento a que os candidatos do Chega pudessem ir a votos hoje. Agora, evidentemente que a decisão da Mesa é soberana e, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, aceitá-la-emos com certeza.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — É no mesmo sentido, Sr.^a Presidente, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, respeitamos a visão de que o Sr. Presidente tinha ficado com outra convicção. No entanto, estando aqui hoje os representantes dos dois maiores partidos que deixam claro que a convicção não era essa nem era esse o sentido que se queria transmitir na deliberação — era apenas um parecer que não fosse vinculativo, sendo, portanto, meramente deliberativo em relação à circunstância —, pode-se interpretar no sentido de procurar perceber qual era o sentido da deliberação. Mas, repito, estando aqui os autores da deliberação, penso que fica sem qualquer sentido que esta eleição seja adiada, pelo que a mesma deve poder avançar.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Para o mesmo efeito, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, ontem, na Conferência de Líderes, fiquei com a convicção...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ficaste mal!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... de que a eleição dependeria do parecer que a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados faria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não senhora!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Foi essa a convicção com que fiquei. Por isso, solicito que seja verificado junto dos serviços o que é que ficou decidido. Mas parece-me que, de forma geral, foi essa a convicção que ficou da Conferência de Líderes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então? Mas se estamos aqui a dizer!...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Até porque é o que faz sentido. A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados tem o papel de avaliar se há uma ilegalidade ou não face ao Estatuto dos Deputados, pelo que não faz sentido fazermos uma eleição sem essa confirmação, mesmo que o parecer não seja vinculativo.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Queixinhas! Queixinhas de abril!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pediu a palavra? Suponho que seja para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo — apesar de não participarem nesta discussão —, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com toda a sinceridade, penso que estamos a ter uma discussão que pensei não vir a ter e que me parece um pouco esdrúxula.

A Conferência de Líderes deliberou que entendia por pertinente ter um parecer...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parecer não vinculativo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... o mais rápido possível da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados e que fizesse essa apreciação quanto à adesão da possibilidade de termos Deputados na lista, em particular, do Conselho de Opinião da RTP.

A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, tendo nós entendido por pertinente, disse-nos que, designando relator já agora, não tinha tempo, em 45 minutos, de tomar essa decisão.

Não vejo onde é que este Parlamento ganha em fazer uma eleição hoje quando a pode fazer na próxima semana, com a segurança jurídica face às dúvidas que foram suscitadas. Por isso, o meu entendimento é que a Mesa está a atuar de forma adequada.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Só vocês é que tiveram dúvidas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, os serviços e o gabinete do Sr. Presidente confirmam que o entendimento era que a votação dependeria do parecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! É falso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Fizemos o parecer para quê?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Claro!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — De resto, em abono desta interpretação, que evidentemente pode não ser a única, mas, em abono desta interpretação, sempre se pode dizer que o parecer seria inútil se não tivesse esse efeito.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Claro!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Por que razão se pediria um parecer à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados se, na verdade, esse parecer nada mudaria relativamente ao procedimento a adotar?

Aplausos de Deputados do PS.

Em todo o caso, se não tivesse sido confirmado pelo gabinete do Sr. Presidente e pelos serviços de que era este o entendimento que estava registado relativamente ao que se passou na Conferência de Líderes de ontem, teríamos aqui uma alternativa.

Havendo esta confirmação, a única alternativa que me parece que temos é o recurso. Portanto, pergunto se os Srs. Deputados que discordam da realização desta eleição e que têm outra interpretação relativamente à decisão da Conferência de Líderes pretendem esse caminho.

O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, penso que é desnecessário entrarmos numa maioria de confronto com a decisão da presidência, porque isto é uma questão de bom senso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu compreendo. Os serviços da Assembleia da República tiveram um entendimento, mas estão aqui os autores desse entendimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe lá, então se está aqui o autor da declaração, quer ir buscar uma interpretação a quem lá estava a tirar notas?! Estamos aqui e estamos a dizer-lhe.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por amor de Deus!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não é a «quem lá estava a tirar notas», Sr. Deputado. É o registo da Conferência de Líderes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me só terminar, Sr.^a Presidente.

Estão aqui os autores a dizer-lhe que não é assim. Estão aqui os autores. Está aqui o líder de um partido e o líder parlamentar do outro.

Quer dizer, não sei o que é que quer mais! Quer um boneco escrito, com a gente a dizer-lhe que é assim?

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes?

Agora está a dizer, «mas então para que é que serviria o parecer». Há muitos pareceres nesta Casa que não são vinculativos, Sr.^a Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há dezenas de pareceres que não são vinculativos.

Portanto, eu compreenderia a decisão no sentido de que houve outro entendimento e os partidos manifestaram-se nesse sentido.

Ora, estamos a dizer-lhe que podemos avançar com a eleição. Não creio que seja necessário um recurso de confronto com a Câmara, nessa matéria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acho que podemos fazê-lo com bom senso. E o bom senso é que as lideranças dos dois partidos estão a transmitir-lhe isso. Acho que é uma maioria clara, incontestável e julgo que pode evitar o conflito.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, creio que não vale a pena estarmos a eternizar esta discussão. Ela não abona nada a favor do Parlamento nem do prestígio das instituições, como tantas vezes digo.

Não há dúvida nenhuma de que aquilo que foi a convicção do Grupo Parlamentar do PSD se verifica agora. Em primeiro lugar, nunca devíamos ter feito o que fizemos, que era pedir o parecer à Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sabendo que a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados não teria tido tempo, em tempo útil, de apresentar o parecer.

De resto, é bom que fique claro, fomos o único Grupo Parlamentar que entendeu caminho diferente para esta matéria.

Ainda assim, e embora o Grupo Parlamentar do PSD reitere que tem uma visão sobre aquilo que a lei diz muito cristalina e muito clara, que abona a favor da decisão do Chega de indicar para o Conselho de Opinião da RTP Deputados na Assembleia da República e com isso nada viola o Estatuto dos Deputados, não me parece que esta seja uma questão magna para ficar decidida agora.

Teremos em breve, espero eu, eleições para o Tribunal Constitucional e não é por essa razão que não vamos fazer essa eleição a seguir, sendo certo que, espero, quando o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados vier a Plenário, alguns grupos parlamentares percebam que só fizeram o Conselho de Opinião da RTP perder tempo.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero deixar claro que a questão que coloquei em cima da mesa decorre da confirmação dos serviços sobre o que foi a deliberação da Conferência de Líderes. Nós podemos achar que, estando aqui representados e com os seus líderes partidos que constituem uma maioria, será inútil discutir o assunto. Como imaginam, por mim, eu também não o discutiria. Mas essa não é a questão. A questão está em saber como é que ultrapassamos, do ponto de vista formal, a circunstância de termos uma deliberação da Conferência de Líderes, cujos membros presentes por parte dos serviços e do Gabinete do Sr. Presidente registaram um entendimento e temos outro entendimento a ser assumido aqui, no próprio Plenário.

Entendo que a única forma de clarificarmos essa questão é, se algum grupo parlamentar assim o entender, recorrer da decisão da Conferência de Líderes.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, para que isto não se eternize, de forma clara, acho que estamos a laborar num erro, que é este: nenhum entendimento na Conferência de Líderes propôs o adiamento em função deste parecer. É isso que estamos a tentar dizer-lhe. Nem o PSD, nem o Chega, nem o CDS propuseram isso.

Houve uma sugestão do Partido Socialista e do Livre de fazer isso, mas não foi aceite pela Conferência de Líderes. Portanto, não pode haver recurso de uma decisão que não aconteceu, porque ela é materialmente impossível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que nos está a pedir é isto: «Vocês não concordaram, isto não foi feito, mas recorram disto na mesma». Ora, isto não faz nenhum sentido, desculpe lá!

É isso que estou a tentar dizer-lhe desde o início. O entendimento da Conferência de Líderes não foi esse. Foi o de que podia haver um parecer não vinculativo que em nada prejudicasse a eleição.

Por isso, não pode haver recurso de uma decisão que não aconteceu. É isso que lhe estou a dizer. O que tinha de haver era outra coisa: a Mesa, contra a Conferência de Líderes, dizia: «Apesar disso, entendemos que deve haver um adiamento». E aí nós podíamos recorrer. É só isto que estamos a dizer-lhe e que, penso, o PSD confirmará.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Eu percebi desde o início o que o Sr. Deputado queria dizer. Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, creio sinceramente que estamos mesmo a perder tempo. E, uma vez que as eleições já estão a decorrer, parece-me que até há uma inutilidade superveniente da lide. Não há decisão nenhuma que possamos tomar agora que corrija o facto de as eleições já estarem a decorrer sem a respetiva urna.

Portanto, passemos ao ponto 1 da ordem de trabalhos, que, creio, é mais justo e útil para todos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, na verdade, dado o entendimento que o Sr. Presidente e o seu Gabinete fizeram desta questão, a partir do momento em que foi recebido o ofício da Comissão da Transparência e Estatuto dos Deputados, o boletim de voto relativamente a esta eleição foi retirado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quem é que mandou retirar?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado André Ventura quer inscrever-se mais uma vez?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, não há nenhuma norma que permita retirar uma eleição que está marcada por este Plenário. Nenhuma! Muito menos alguém sozinho tomar uma decisão dessas. Mas o que é isto?! Então e o direito de recorrer, o direito de podermos aqui decidir isso? Então, receberam um ofício e mandaram retirar um boletim de voto no Parlamento? Receberam um ofício?

Aplausos do CH.

Esta eleição foi marcada por este Plenário, e o Plenário é o único órgão soberano capaz de retirar essa indicação.

Portanto, se o Presidente tomou essa decisão — e não sabemos se tomou, mas confiamos que tomou essa decisão — tomou-a mal, porque só este Plenário a podia ter tomado. Até porque a Conferência de Líderes não decidiu assim.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tomou mal!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais, é uma alteração material da ordem do dia definida para hoje, que só por consenso parlamentar podia ser ultrapassada.

Por isso, se foi feito, foi uma grave violação da lei por parte da Mesa e por parte da direção da presidência do Parlamento.

Aplausos do CH.

Se agora nos diz: «Bom, mas já está a decorrer a votação e o boletim não está lá!», olhe, é verdade, mas isso só mostra uma coisa: é a lei da selva. Portanto, se é assim que querem fazer, assim será!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não, Sr. Deputado, não é a lei da selva.

Vozes do CH: — É, é!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O que temos aqui, naturalmente, como de resto se viu nas intervenções que fizeram, é uma diferente interpretação sobre uma deliberação da Conferência de Líderes.

Eu já reiterei qual foi o entendimento do Sr. Presidente, do seu Gabinete e dos serviços quanto àquilo que se decidiu ontem na Conferência de Líderes, tendo inclusivamente sido sugerido que, se o parecer não fosse favorável, se fizesse uma eleição na próxima semana.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem é que sugeriu isso?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, Sr. Deputado, assumo como decisão da Mesa a decisão que estou aqui a comunicar. Pode o Sr. Deputado, se assim o entender, recorrer da decisão da Mesa de retirar esta eleição do quadro das eleições aos órgãos externos que faremos hoje.

Vozes do CH: — Já retiraram!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, mesmo que este Grupo Parlamentar apresentasse recurso, mesmo que o mesmo fosse viabilizado pela maioria, qual é o sentido de um recurso de uma eleição que está a recorrer neste momento?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O boletim já foi retirado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acha que é possível um recurso em relação a um boletim de voto quando as pessoas estão já a meio da votação?

Esta decisão devia ter sido comunicada antes aos grupos parlamentares. É por isso que os senhores são eleitos para a Mesa. É para transmitir aos grupos parlamentares as decisões que tomaram.

Ora, os grupos parlamentares não sabiam — pelo menos, o Chega não sabia —, até à hora em que isto começou, que o boletim para aquela eleição não estava lá. Portanto, fazemos um recurso para quê? Para se parar as eleições todas para se ir meter mais uma urna e se ir imprimir boletins de voto? Não, Sr.^a Presidente. Desculpe lá, nós não vamos fazer isso pelo prestígio dos trabalhos do Parlamento.

Aplausos do CH.

Vozes do PS: — Oh...!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, efetivamente, Sr.^a Presidente, fica a nota de que não é assim que se gere um Parlamento. Hoje ficou mais uma vez registada a evidência dessa incapacidade de gestão do Parlamento.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, tomo boa nota de que com a sua intervenção se resolve este impasse.

Em todo o caso, queria dizer-lhe que também a Mesa só teve conhecimento da deliberação da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no início dos trabalhos, porque a Comissão reuniu às 14 horas e o ofício chegou à Mesa no início dos trabalhos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso ainda é mais grave!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, essa é a razão pela qual todos nós soubemos em cima do início dos trabalhos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Podiam ter-nos dito!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sendo assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos passar ao ponto 2 da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 62/XVII/1.^a (GOV) — Altera a Lei Eleitoral do Presidente da República e a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de alargar a emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em matéria de publicidade das deliberações, dos Projetos de Lei n.ºs 545/XVII/1.^a (PAN) — Altera diversos diplomas, procedendo ao alargamento da emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como ao alargamento do direito de voto antecipado e ao estabelecimento da obrigação de disponibilização de matriz em braille dos boletins de voto no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais, 552/XVII/1.^a (L) — Introduce regras sobre o uso de inteligência artificial no âmbito de campanhas eleitorais, e do Projeto de Resolução n.º 689/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que concretize, com urgência, o alargamento do regime de direito de antena às rádios locais em todos os atos eleitorais.

Para abrir o debate pelo Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por muito que preze o Conselho da Opinião da RTP, e prezo, venho aqui falar de comunicação social, regional e local e de mais uma medida importantíssima que este Governo propõe e executa para apoiar a comunicação social de proximidade e também, por essa via, a democracia local a ser mais vibrante e a combater os desertos noticiosos.

Ceio que não estarei errado se prever que haverá unanimidade nesta Casa sobre estes objetivos. Nós precisamos de uma democracia local vibrante e, para que exista com pluralidade e com racionalidade, ela precisa de debate e esse debate precisa de comunicação social profissional, de qualidade, livre e independente.

E que não haja dúvidas: se as empresas de comunicação social — empresas públicas, privadas e cooperativas — vivem hoje momentos de grande desafio sobre a sua sustentabilidade, se é assim para o setor todo, no setor da comunicação social de proximidade, nos órgãos regionais e locais, esse desafio é muito maior.

Creio que haverá, provavelmente, unanimidade nesta Casa quanto ao facto de que é preciso fazer alguma coisa. É preciso impedir desertos noticiosos onde quer que seja que haja portugueses no território de Portugal continental e nas regiões autónomas. Além disso, sempre que possível, na diáspora, deve haver uma atenção da comunicação social. Sobretudo, no território nacional, é importante que haja órgãos de comunicação social regional e local.

Mas se temos provavelmente unanimidade sobre isso, já passaram muitos anos, provavelmente décadas, sem que ninguém tenha feito nada de decisivo pela comunicação social, regional e local.

Ora, isso começou a mudar com o XXIV Governo Constitucional, com o Ministro Pedro Duarte e com o Governo liderado por Luís Montenegro, quando aprovou o Plano de Ação para a Comunicação Social e, já agora, pelo atual Ministro dos Assuntos Parlamentares que tinha responsabilidade nesta matéria, sendo que, na altura, propuseram várias medidas para este efeito e, entre elas, aprovaram logo uma duplicação do porte-pago, isto é, cada vez que um órgão de comunicação social, por exemplo, quer enviar um jornal para os seus assinantes, o Estado comparticipa não 40 % mas 80 % desse envio, o que representa 4,5 milhões de despesa que é injetada neste setor para tornar mais vibrante a comunicação social, regional e local e a democracia local.

Mas não fizemos só isso: aprovámos já por decreto-lei a obrigação de serem publicados na comunicação social regional e local os anúncios dos projetos de fundos europeus que são realizados em cada território. Isso tem de ser transmitido e tem de ser publicitado nos meios regionais e locais.

Tomámos também uma decisão muito importante, que foi a de pedir à Lusa para negociar connosco um novo contrato de serviço público para baixar os preços e criar descontos aos órgãos de comunicação social. O Estado aumenta a contribuição para a Lusa e a Lusa faz descontos de cerca de 2 milhões de euros à comunicação social, tanto a nacional como a regional e local.

Avaliámos já o regime de incentivos à modernização, que não serve, que não funciona, que não é suficiente, pelo que será aprovado um novo regime neste ano com base numa avaliação muito participada que terminou no final do ano passado.

Neste Parlamento está pendente uma lei do mecenato, que não é apenas uma lei de mecenato cultural, mas é uma lei de mecenato que permite estimular o apoio a projetos de órgãos de comunicação social, rádios, jornais e projetos audiovisuais.

Hoje, temos mais duas medidas, mais duas peças de um apoio sem precedentes, pois nunca se fez para apoiar esta comunicação social de proximidade o que agora está a ser feito: por um lado, alteramos as leis eleitorais da Assembleia da República e da Presidência da República e o regime do referendo para tornar obrigatório que o tempo de antena chegue às rádios locais. A comunicação social regional e local não é apenas jornal, é jornal, mas é também rádio, e o tempo de antena tem de lá chegar. Tão importantes são, e foram, estas rádios, sobretudo nos momentos de crise, mas igualmente no dia a dia de cada pessoa.

Ao alargar esta obrigação, aumentamos a transparência, o escrutínio e a proximidade na comunicação sobre o processo eleitoral, que é, obviamente, uma forma de apoiar estes rádios regionais e locais.

A outra medida muito importante, prometida há tantos anos e nunca realizada, exigida há tanto tempo e nunca ninguém a tomou, é tornar obrigatória a publicitação, de forma sumária, obviamente, das deliberações autárquicas que se aplicam às pessoas, com eficácia externa, nos órgãos de comunicação social, regional e local dos sítios onde as pessoas vivem, para que as decisões das autarquias se lhes possam aplicar e para que as pessoas as possam executar. As pessoas têm de as conhecer, e os jornais locais e regionais são tão importantes para isso.

Fazemos isso com esta proposta de lei, tendo ouvido toda a gente, fazendo e propondo um regime que é adequado e que tem obrigações que são proporcionais: publicar o sumário, com previsibilidade de custos, com garantia de objetividade e transparência na seleção dos meios, com contenção dos preços.

E, sim, este é um custo da democracia e é um custo da democracia local. As autarquias terão aqui um esforço, mas este esforço é mais que justificado e conseguirão, seguramente, suportá-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento.

Entretanto, vou apenas anunciar que temos a assistir aos nossos trabalhos, um grupo de 50 alunos e professores da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, de Leiria, um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande, um grupo de cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Passos de Ferreira, um grupo de professores e alunos da Escola Básica de Gueifães, da Maia, um grupo de alunos e professores da Escola Básica Dr. Carlos Pinto Ferreira, de Vila do Conde, um grupo de alunos e professores da Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional, de Lisboa Nacional de Lisboa, um grupo de autarcas da Assembleia Municipal de Cinfães, um grupo de cidadãos da JSD de Águeda, um grupo de sete cidadãos dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, um grupo de cidadãos do município de Vila Nova de Cerveira e também um grupo de alunos e professores do Colégio Mira Rio de Lisboa. Bem-vindos.

Aplausos gerais.

O Sr. Ministro da Presidência tem dois pedidos de esclarecimento, aos quais responderá em conjunto.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro, é com agrado sincero que vemos o Governo trazer esta proposta ao Parlamento, uma proposta que visa, sobretudo, acabar com uma injustiça para as rádios locais e regionais que já vigorava há demasiados anos.

Não nos podemos esquecer de que estas rádios locais e regionais, como o Sr. Ministro também referiu, têm um papel preponderante na coesão social e na coesão territorial e são uma fonte de comunicação de proximidade. Isto faz destas rádios um verdadeiro pilar para a democracia.

Contudo, há nesta proposta algumas questões que gostaria de lhe colocar porque suscitam algumas dúvidas não apenas ao Chega, mas também à ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), à ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) e à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Por exemplo, no n.º 4 do artigo 56.º-A aditado ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, pelo artigo 3.º da proposta de lei: «Caso o preço apresentado (...) exceda o valor constante da tabela de referência aplicável, fica o respetivo órgão municipal ou de freguesia dispensado da obrigação de publicação». Ora, isto não nos faz sentido, até porque o Sr. Ministro acabou de dizer que as pessoas têm de conhecer as deliberações que dizem respeito à sua vida. E também não faz sentido à ANAFRE, já que é um dos pontos que foi levantado.

O que lhe queria perguntar é se não considera que esta formulação, como está, não compromete o princípio da transparência e se não esvazia também o próprio sentido da lei de obrigar a que as deliberações sejam publicadas.

Depois, relativamente ao n.º 6 do artigo 56.º aditado ao RJAL, «As tabelas de referência de preços (...) são estabelecidas (...) por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da comunicação social e da administração local, ouvidas as associações representativas do sector e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.», porque não a ANAFRE?

Não nos parece que faça sentido deixar a ANAFRE de fora e queria perguntar-lhe se isto foi um lapso, o que acontece, ou se foi intencional.

Por fim, uma vez que vivemos num mundo digital — e é um caminho que já não vai voltar para trás, e ainda bem —, queria perguntar-lhe porque é que ficaram de fora do alargamento dos tempos de antena as televisões e as rádios digitais.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro, também gostaria de lhe colocar duas questões.

É verdade que estamos perante uma proposta de lei que, apesar de alterar leis eleitorais e o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na prática constitui um mecanismo de apoio para as rádios regionais e locais, um aspeto que consideramos importante.

No entanto, há dois aspetos que nos suscitam dúvidas e os quais a Associação Nacional de Municípios também questionou.

O primeiro prende-se com o facto de, se não houver esta publicitação das deliberações por parte dos municípios, está prevista a ineficácia das deliberações. Isto está aqui associado a uma sanção que nos parece despropositada e o que gostaria de perguntar é se o Governo está disponível para retirar esta norma desta proposta em discussão.

O segundo aspeto prende-se com o seguinte: este conjunto de deliberações que passa, no âmbito desta proposta, a ter de ser publicado nos órgãos de comunicação regionais e locais, exige um conjunto de encargos por parte das autarquias e a questão é se o Governo está a pensar compensar os municípios por isto.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ªs Deputadas Patrícia Carvalho e Paula Santos, muito obrigado pelas vossas questões, sem dúvida pertinentes. Algumas merecem a nossa concordância com a preocupação demonstrada, designadamente a possibilidade de se colocar a audição da ANAFRE na formação dos preços.

Relativamente à ponderação da inclusão dos meios de comunicação social digitais, é um debate que vale a pena fazer. É uma área ainda não regulamentada largamente e não regulada, mas pode ser possível encontrarmos alguma forma que assegure a ideia de que têm de ser meios largamente consumidos e que transportem conteúdos gerados e sobre aquela região, que é o princípio do que aqui está.

Com todo o respeito, a minha rádio local e o meu jornal local, que subscrevo e oiço desde que sou pequenino, que era a *Emissora das Beiras*, no alto da Serra do Caramulo, ou o *Jornal de Tondela*, que é a assinatura que

tenho há mais tempo e nunca interrompo, não podem, naturalmente, divulgar as publicações de Vila Real de Santo António ou de Torre de Moncorvo.

Portanto, temos de perceber em que medida é que as regras sobre o mundo digital asseguram esta limitação.

Relativamente à ideia da fixação de um preço e se, acima do preço, podem estar desonerados, é uma solução de equilíbrio. A Sr.^a Deputada Paula Santos perguntou se vamos compensar as autarquias, mas as autarquias recebem dinheiro do Estado para o seu funcionamento como órgão democrático local. Um dos custos da democracia local é este da publicidade e achamos que, sem prejuízo de uma reflexão na Lei das Finanças Locais, o sistema está coberto.

Retirar a sanção de ineficácia das deliberações significaria tornar ineficaz este sistema. Quem aprovar a retirada da ineficácia das deliberações está a matar o regime. Eu não quero matar o regime, quero salvá-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 552/XVII/1.^a, do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A iniciativa do Livre é bastante simples. É reconhecemos, por um lado, que a inteligência artificial já entrou nas nossas vidas, já entrou em todas as áreas e vai entrar cada vez mais em todas as áreas da nossa sociedade e vai entrar também na política.

E esta ferramenta, a inteligência artificial, tem muitos pontos positivos, mas temos de reconhecer que também tem riscos e que não os devemos ignorar.

Tem riscos quando pode ser utilizada para a desinformação, tem riscos quando pode ser utilizada para a manipulação de informação, quando pode ser utilizada para criar imagens, vídeos e sons que são tão próximos da realidade que não conseguimos distinguir aquilo que é real daquilo que é falso. Isso, num contexto político, é muito grave e deve fazer-nos refletir e perceber como é que podemos, no fundo, regular esta situação.

Entendemos que a solução não deve ser necessariamente proibir, não deve ser necessariamente vedar a utilização destas ferramentas, até porque isso poderia trazer bastantes dificuldades em termos de fiscalização, mas deve ser precisamente a regulação e o reforço da transparência.

Do nosso ponto de vista, isso passa por introduzirmos nas leis eleitorais regras que obriguem a que toda a propaganda eleitoral, todos os conteúdos que sejam criados — seja áudio, imagem ou vídeo — ou produzidos através da utilização de ferramentas de inteligência artificial devam ter uma identificação clara de que esses meios foram utilizados para a sua criação. Isto para que qualquer pessoa possa olhar para eles e identificar claramente que aquilo que ali está a ser reproduzido não é necessariamente algo que tenha acontecido na realidade e que, dessa forma, possa distinguir o que está em causa.

Entendemos que é uma proposta de uma simplicidade enorme, mas que pode e vai ter cada vez mais importância na transparência e defesa da nossa democracia e da integridade das nossas eleições, para além de nos ajudar a defender-nos de manipulações e tentativas de desinformação da opinião pública.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para intervir sobre o Projeto de Resolução n.º 689/XVII/1.^a, do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ex.^{mos} Membros do Governo: Foram 51 anos de abandono da rádio e imprensa local pelos governos PS e PSD, órgãos de comunicação local de importância extrema.

Basta lembrar os Srs. Deputados da importância crucial das rádios locais quando o apagão afetou o País. Mas não só, não podemos esquecer os idosos e as pessoas com menor literacia, para quem estes órgãos de comunicação social são essenciais para que se mantenham informados sobre as atividades e problemas locais que influenciam as suas vidas.

É, por isso, positivo que se comece a ver uma luz ao fundo do túnel. E é realmente tempo de olhar para problemas cujas soluções o Chega tem apresentado desde o seu primeiro dia neste Parlamento e que foram rejeitadas por «linhas vermelhas». «Linhas vermelhas» essas que apenas prejudicaram os portugueses e, neste caso concreto, as rádios locais e regionais.

Lembro que o Chega apresentou, em sede de Orçamento do Estado, diversas propostas que beneficiavam a comunicação social local e que todas elas foram chumbadas com o voto contra, imagine-se, do PSD e do CDS.

Por isso, é com bons olhos que vemos esta proposta do Governo, embora possa ser melhorada em sede de Comissão, essencialmente com os pontos n.ºs 2 e 3 do nosso projeto de resolução.

A proposta de resolução que o Chega hoje apresenta distingue-se claramente da proposta do Governo, sobretudo no plano da densidade e da ambição da resposta política. Enquanto a proposta do Governo se limita a introduzir uma alteração legislativa circunscrita ao alargamento formal do regime de direito de antena nas eleições presidenciais, legislativas e europeias, o projeto de resolução do Chega assume uma abordagem mais exigente e completa ao estabelecer um conjunto de orientações concretas destinadas a assegurar não apenas a consagração legal da medida, mas também a sua efetiva implementação em condições de equidade e eficácia.

Não se limita a defender o alargamento do direito de antena, exige que esse alargamento seja acompanhado por garantias de igualdade de acesso e de financiamento, evitando que as rádios locais sejam formalmente incluídas no sistema, mas materialmente prejudicadas face aos operadores de maior dimensão e aos meios públicos.

Por outro lado, o projeto de resolução do Chega introduz uma dimensão de governação e acompanhamento que está ausente da proposta do Governo, ao promover mecanismos de articulação entre a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e a Associação Portuguesa de Radiodifusão, garantindo que a implementação do novo regime se faça com base no conhecimento técnico do setor e com respeito pelas suas especificidades.

Deste modo, o projeto de resolução do Chega não se limita a acompanhar uma iniciativa legislativa já em curso, antes se afirma como um instrumento político autónomo, mais completo e mais exigente.

A obrigatoriedade de publicitação das decisões autárquicas na imprensa local e regional, que também combate o falso jornalismo praticado por muitas autarquias, pode ter caminho para andar.

Porque não podemos esquecer que as emissoras locais — mais de 170 em todo o território nacional —, representadas pela Associação Portuguesa de Radiodifusão constituem, em muitos casos, o único órgão de comunicação social com presença efetiva em amplas zonas do interior do País e em áreas periféricas urbanas, assegurando uma ligação direta entre os cidadãos e a realidade local.

Apesar desta inegável relevância do ponto de vista informativo e democrático, o regime jurídico aplicável ao direito de antena tem-se mantido, até ao presente, marcado por uma evidente desigualdade, na medida em que as rádios locais apenas participam na emissão de tempos de antena no âmbito das eleições autárquicas, permanecendo excluídas dos outros atos eleitorais.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos hoje em discussão uma proposta que fala de transparência, mas também de bom senso.

Durante anos, impusemos às autarquias regras tão complexas que nunca chegaram a ser verdadeiramente aplicadas. Exigimos muito, mas garantimos pouco, e isso não serve nem à democracia nem às populações.

Esta proposta vem corrigir esse erro. Simplifica, moderniza e aproxima. Passa a usar meios digitais, QR codes (*Quick Response codes*) e adapta as obrigações à realidade de cada território.

Há uma questão essencial: não basta simplificar, é preciso garantir que ninguém fica para trás — nem as populações com menor acesso digital, nem os órgãos de comunicação social locais, que são essenciais à nossa democracia.

Por isso, este diploma deve ser visto não como um ponto de partida, mas como um passo na direção certa, que vai exigir vigilância, equilíbrio e compromisso com a nossa coesão territorial, porque, acima de tudo, a

transparência não é só publicar, é garantir que todos conseguem aceder, e é isso que devemos, acima de tudo, também assegurar.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Davide Amado, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Davide Amado** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Presidência, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Proposta de Lei n.º 62/XVII/1.^a, apresentada pelo Governo, tem dois objetivos centrais, que são alargar o direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais e referendos nacionais e alterar o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em matéria de publicidade das deliberações com eficácia externa.

O alargamento do direito de antena às rádios locais em todos os atos eleitorais reforça a pluralidade, a proximidade democrática e o direito à informação dos cidadãos, valorizando o papel das rádios locais, muitas vezes o único meio de comunicação verdadeiramente próximo das comunidades.

A harmonização dos tempos de antena, regras de distribuição e compensação financeira, em linha com o modelo já previsto, introduz coerência e previsibilidade no sistema.

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social valorizou justamente estas dimensões, sublinhando que as alterações reforçam a transparência, reconhecem o papel de proximidade das rádios locais e podem contribuir para a sustentabilidade económica dos meios de comunicação social locais e regionais. É, portanto, uma opção certa e progressista, que o PS acompanha.

Já relativamente à publicidade das deliberações dos órgãos das autarquias locais, apesar de acompanharmos o objetivo político do Governo, não podemos ignorar as reservas substantivas expressas em vários pareceres.

A ERC chama a atenção para a necessidade de clarificar o prazo exato e o termo inicial da desmobilização *online* das deliberações, de definir com rigor os territórios de baixa densidade, bem como prever o regime transitório supletivo para as tabelas de preços, com a inclusão expressa da Associação Nacional de Freguesias.

Não é apenas a ERC, também as estruturas representativas do poder local deixam alertas. A Associação Nacional de Municípios Portugueses, além de advertir para o risco das desigualdades entre municípios, sublinha a necessidade de salvaguardar a autonomia do poder local, de evitar uma recentralização encapotada de encargos e de garantir o princípio de que quem decide paga, isto é, que novas obrigações de publicitação não venham a ser suportadas pelos municípios, sem o correspondente reforço de meios.

Registamos, por isso, as garantias deixadas pelo Sr. Ministro da Presidência, em Comissão, de que os custos associados a este novo modelo poderão ser devidamente acomodados na futura revisão da lei das autarquias locais.

Por seu lado, a ANAFRE é particularmente clara: tal como está redigida, a proposta não merece a sua concordância. A ANAFRE chama a atenção ainda para realidades muito concretas. Existem freguesias que não têm sequer *site* da *internet* por razões financeiras, pelo que a imposição rígida desta via de publicitação pode criar uma desigualdade objetiva entre freguesias. Critica também que se refira apenas o boletim dos municípios, esquecendo o boletim das freguesias, e exige estar entre as entidades obrigatoriamente ouvidas na definição das tabelas de preços.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estes pareceres não são meras notas de rodapé, são a expressão de quem está no terreno, de quem conhece as limitações concretas das autarquias, sobretudo das autarquias de menor dimensão.

Para o PS, modernizar é importante, mas modernizar contra as autarquias ou sem as autarquias não é o caminho. Por isso, o PS entende que o verdadeiro teste político desta iniciativa se fará em sede de especialidade, onde estas reservas da ERC, da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e da ANAFRE devem ser cuidadosamente integradas.

Em síntese, o PS apoia sem ambiguidades o reforço do direito de antena das rádios locais como instrumento de pluralismo e proximidade democrática, mas coloca reservas firmes à forma como está desenhado o regime de publicidade das deliberações autárquicas, exigindo que se assegurem três pilares fundamentais: transparência efetiva e não apenas formal; respeito pela autonomia local e equilíbrio financeiro das autarquias; igualdade de acesso à informação, independentemente de se viver num grande município urbano ou numa pequena freguesia de baixa densidade.

É com este espírito de apoio ao sentido geral da iniciativa, mas de vigilância e exigência na especialidade, que o PS participa neste debate e neste processo legislativo.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foram precisos 13 anos para o Estado central perceber que o poder local não conseguia cumprir com as regras criadas pelo poder central — o Estado não consegue cumprir com as regras criadas pelo próprio Estado.

Pode ler-se na exposição de motivos que é desproporcionado o nível de exigência e complexidade da norma contida no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, com as vantagens de publicitação necessária e útil. Assim, nunca este artigo foi regulamentado e, portanto, nunca foi implementado.

Imaginemos, então, Srs. Deputados, se o Estado não consegue cumprir com as obrigações que cria para ele próprio, o que dirão os portugueses, que se confrontam todos os dias com a impiedosa máquina burocrática do Estado português? É isto que nos leva a pensar. Com que legitimidade é que pode o Estado pedir aos portugueses que cumpram a lei, quando o Estado não cumpre as suas próprias leis?

É por reconhecer os seus erros que esta proposta de lei nos parece ir no sentido certo. Vai no sentido certo quando reconhece que havia um regime excessivo, desajustado e, na prática, inaplicável. Vai no sentido certo quando procura aproximar a publicidade das deliberações das autarquias locais de um modelo mais simples e mais compatível com a realidade atual.

Resta agora fazer, em sede de especialidade, o trabalho que permita transformar essa boa intenção num modelo exequível, para que não se repitam os erros do passado e se reconheça a realidade digital de 2026.

Quanto às modificações propostas ao direito de antena enxertadas na segunda parte desta proposta, a questão que hoje se coloca é a de saber se, em 2026, este modelo ainda conserva a mesma atualidade, pertinência e utilidade prática que em tempos justificaram a sua consagração. É legítimo perguntar, num ecossistema mediático e comunicacional profundamente transformado, com campanhas cada vez mais digitais e com novos canais de comunicação e política direta, se continua a fazer sentido manter, nos mesmos termos, um direito pensado para uma realidade comunicacional bastante diferente. Essa dúvida torna-se ainda mais relevante quando se propõe alargar este direito de antena sem uma ponderação dos custos e da complexidade operacional.

Ao risco de se preservar, por inércia, um mecanismo cuja eficácia real pode já não acompanhar o seu fundamento histórico, acrescentamos o perigo de alargar um direito sem criar as garantias de que o mesmo irá ser devidamente exercido.

Chamamos a atenção para as dificuldades técnicas associadas ao elevado número de operadores locais, cerca de 306, e para o risco de muitos tempos de antena acabarem por não ser preenchidos por dificuldades de distribuição destes mesmos conteúdos. Pelo menos, Srs. Deputados, que se garanta a criação de uma gestão operacional para distribuição dos tempos de antena pelos órgãos locais e regionais. Se, hoje em dia, com três televisões e poucas rádios, o processo é praticamente kafkiano, não podemos correr o risco de alargar dificuldades.

Finalmente, há o tema dos custos. Mesmo sendo custos da democracia, mesmo possibilitando mais recursos para a imprensa local e regional, este alargamento do direito de antena, para ser defensável, tem de ser claro. Os custos, e também o aumento da despesa pública, vão ter de ser suportados pelos portugueses.

São estas as nossas perguntas, que apontam para os contributos que vamos fazer em sede de especialidade, pelo que não iremos inviabilizar esta proposta, por uma melhor democracia e mais participação da imprensa.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem pedidos de intervenção e, com uma ordem do dia particularmente longa, não se vai perder tempo. Portanto, se ninguém se inscreve, passamos ao encerramento.

Pausa.

A Sr.^a Deputada Paula Santos inscreveu-se. Tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente: Como já fiz referência, estamos perante uma proposta que, apesar de alterar diversa legislação, alarga os tempos de antena eleitorais nas rádios de âmbito local e regional, já previstos para as eleições autárquicas, para as eleições para o Presidente da República, para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os referendos de âmbito nacional, sendo o Estado a assumir esse encargo, de acordo com uma tabela a aprovar.

Entendemos que é uma medida justa, que contribui certamente para um melhor esclarecimento eleitoral dos cidadãos e que configura, de facto, um apoio às rádios locais e regionais, a braços com muitas e muitas dificuldades. Temos, inclusivamente, ao longo dos anos, trazido aqui diversas propostas — lamentamos que não tenham sido aprovadas — que tinham como objetivo exatamente esse fim, não de uma forma pontual, como o Governo propõe à Assembleia da República, mas de uma forma estável, que garantisse o funcionamento das rádios locais e regionais e do conjunto dos órgãos de comunicação social regionais e locais.

Quanto à alteração ao regime de publicidade das deliberações dos órgãos autárquicos, operacionalizando a obrigatoriedade de publicitação das deliberações nos órgãos de comunicação social locais e regionais, consideramos também que é justo. Já não é justa a sanção que o Governo pretende implementar, assim como a decisão de fazer recair os encargos sobre as autarquias locais. É fácil tomar medidas quando são os outros a pagar.

Em suma, o PCP concorda com a medida proposta, desde que fique claro que, na discussão em sede de especialidade, estes pontos sejam clarificados e que o Estado compensará financeiramente as autarquias dos encargos decorrentes da aplicação da lei.

O Governo faz bem em decidir a atribuição de apoios à imprensa regional, mas não o deve fazer à custa de orçamentos alheios — neste caso, estamos a falar dos municípios e das freguesias.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente: Gostaria agora também de me referir à iniciativa que o Governo aqui apresenta.

Todos sabemos que a imprensa livre é essencial para a democracia e a imprensa local livre é essencial para a democracia local. Por isso, partilhamos da preocupação do diagnóstico que o Sr. Ministro aqui fez. É muito preocupante a existência de desertos noticiosos no nosso País. É muito preocupante a falta de capacidade que a imprensa local vai tendo, mesmo quando subsiste para fazer o seu trabalho, para fazer o seu trabalho de escrutínio não só dos órgãos autárquicos locais, como também das decisões que vão sendo tomadas relativas a qualquer território.

Nós também não queremos que a imprensa local, ou qualquer imprensa, fique dependente do Estado. Por isso, consideramos que as soluções que o Governo apresenta são boas soluções, porque permitem aumentar o financiamento de uma forma equilibrada para todos os órgãos de comunicação social, não têm qualquer tipo de outras intenções, e isso é positivo, porque vai reforçar a nossa imprensa local.

Mais reticências temos relativamente às alterações ao Regime Jurídico das Autarquias Locais. Não nos opomos necessariamente àquilo que vem proposto pelo Governo, mas entendemos, também na sequência daquilo que vários grupos parlamentares já aqui disseram, que devemos ter muita atenção às reservas de várias entidades — a ANAFRE, a ERC, a Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Devemos, em sede de especialidade, fazer um trabalho de melhoria destas propostas, para garantir que aquilo que sai deste Parlamento são, no fundo, propostas muito mais conseguidas tecnicamente, que não coloquem um fardo que, para muitas autarquias locais, pode ser bastante difícil de suportar, porque as autarquias locais não são todas elas iguais, há grandes discrepâncias.

Por tudo isso, Sr. Ministro, gostaria de sinalizar esta nossa disponibilidade para o trabalho.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Embora julgue que as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados estarão lembrados disso, não é de mais recordar que estão a decorrer as eleições para os órgãos externos da Assembleia da República até às 17 horas.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: A iniciativa que o Governo nos traz cruza duas realidades, dois aspetos essenciais da política local. Por um lado, o papel das autarquias locais na intervenção pública e a divulgação e transparência que as suas iniciativas e deliberações devem ter; por outro lado, o papel da comunicação social local na divulgação dessas iniciativas e na aproximação entre os eleitos e eleitores na dimensão local.

Como o Sr. Ministro já teve a oportunidade de referir, muitos de nós tiveram também o seu primeiro contacto com a política através dos jornais locais, das rádios locais, onde nos informámos daquilo que em cada uma das nossas terras ia acontecendo e onde, muitas vezes, pela primeira vez escrevemos, pela primeira vez demos uma entrevista e assim tivemos também a oportunidade de, numa atividade política local, termos a expressão pública dessa atividade.

O que se pretende neste momento é olhar para a legislação em vigor, adaptar a legislação em vigor com realismo e, portanto, remover obrigações excessivas — que, depois, não só dificultavam como nem sequer podiam ser cumpridas —, e, por outro lado, valorizar, através das autarquias locais, dos organismos públicos locais, o papel desta comunicação social local.

Pretende-se, em primeiro lugar, simplificar, como disse, olhando para a legislação e fazendo uma reforma legislativa que simplifique obrigações. Por outro lado, também se pretende distinguir as realidades municipal e de freguesia, que são muito diferentes e que, obviamente, também devem ter soluções diferentes em função dessa diferença de dimensão; também se pretende valorizar, e continuar a valorizar, os jornais e a imprensa local; atender aos meios de comunicação digital; e valorizar as rádios locais — e isso é muito importante na dimensão dos tempos de antena, para que a rádio também tenha esse papel.

E aqui queria também transmitir que, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do CDS, esta valorização das rádios locais é tão mais importante quanto nós fomos confrontados, durante o último ano, com dois eventos que valorizaram em muito o papel da rádio. Fosse o apagão, fosse a questão das tempestades, houve algum acesso a informação, que continuou a chegar aos cidadãos — quando muitos dos mecanismos de acesso à informação caíram, seja a televisão, seja a *internet* através dos seus telefones móveis —, porque a rádio se mantém alerta. E quanto mais próxima for a informação, mais eficiente ela será para os cidadãos. É por isso que as rádios locais têm um papel tão relevante, porque podem dar informação que seja genérica adaptada ao território e, assim, apoiar as populações.

Por isso é que nos parece que, com a necessidade de uma discussão na especialidade — atendendo aos pareceres que já nos chegaram, atendendo ao que diz a ANAFRE, ao que diz a ANMP e outras entidades —, é importante nós conseguirmos, de facto, fazer uma reforma legislativa que corrija erros e que aproxime, no futuro, aquilo que é o papel de cada uma destas entidades daquilo que é o seu serviço aos cidadãos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa não tem mais inscrições para intervenção, pelo que vamos passar ao encerramento deste debate.

Pausa.

Entretanto, o Sr. Deputado António Rodrigues informou a Mesa de que fará uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: Esta matéria, sendo uma das que constava do Programa do Governo, significa também que o Governo cumpre. E nós ficamos

gratos por isso, principalmente por um raro unanimismo que se estabeleceu aqui nesta Câmara, numa matéria que foi não só apresentada como uma boa solução em termos gerais — até em termos da matéria eleitoral, porque harmoniza um conjunto de leis eleitorais distintas quanto a esta matéria —, como também, na segunda parte da dimensão, em termos da publicitação das deliberações.

Nesta segunda, diria mesmo que tem duas dimensões relevantes.

Tem uma primeira dimensão, porque dá relevância às rádios locais, dá relevância à publicitação das deliberações, mas também obriga, numa segunda dimensão, a que as próprias autarquias estejam viradas para as rádios locais e façam espalhar mais e melhor a mesma informação que têm de espalhar perante as suas deliberações.

Portanto, diria que, no conjunto, ninguém apontou graves discordâncias quanto a esta lei. Diremos que os próprios pareceres emitidos por todas as entidades foram, todos eles, favoráveis e, necessariamente, todos nós estaremos disponíveis para, em sede de especialidade, tentar introduzir melhorias que também possam ser consensuais, numa justa visão do que é informação, modernidade, e também para disseminarmos o trabalho das nossas autarquias espalhadas pelo País.

Com a pluralidade que esta matéria exige e determina, com divulgação melhor das matérias, trabalho próprio para as rádios locais, e atenção para essas mesmas entidades, diríamos que estamos aqui num *win-win* em todas as situações, com a possibilidade de todos podermos ficar satisfeitos, perante aquilo que é uma medida positiva, uma medida que é amplificadora das decisões e do trabalho de todos os órgãos de Estado.

Diríamos mesmo que o Governo acertou em todas estas questões e que, em relação às pequenas questões que aqui foram levantadas, nós próprios estamos bem disponíveis para as poder apurar, no sentido de conseguirmos criar uma rede, porque as rádios locais, como aqui já foi referenciado, são uma rede complementar a todos os meios de comunicação que existem, quer sejam os tradicionais quer sejam os não tradicionais.

Há aqui questões — nomeadamente nos projetos que foram apresentados, lateralmente ou em conjunto, e que estamos aqui a discutir — que não podemos deixar de abordar. Em relação ao Chega, que cumprimentamos pelo facto de concordarem com as questões que aqui estavam — aliás, apresentou quase que as mesmas questões que o Governo aqui levantava e que já estavam apresentadas em sede de Parlamento —, não podíamos deixar de aceitar o apoio daquilo que nós próprios estamos a apoiar.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Relativamente à questão do projeto do Livre, diria que, não obstante a relevância daquilo que foi aqui referenciado — que é uma das matérias mais importantes e dos maiores desafios que temos —, entendemos que, neste momento, é extemporâneo estarmos a discutir ao nível desta matéria, porque todas as questões de inteligência artificial nos vão merecer várias e profundas pronúncias em termos de futuro. Não discordamos da questão que aqui está feita, mas não faz parte, sequer, da questão que aqui estava. Porventura nem devia ter sido arrastada para esta discussão, porque não faz parte daquilo que aqui estávamos a falar.

Protestos do Deputado do L Paulo Mucho.

Aceitou-se essa matéria, mas porventura não faz sentido estarmos a tratar essa matéria agora.

Diria que, cumprindo tudo aquilo que é o propósito do Governo — chegando àquilo que é a perspetiva positiva de amplificar o papel das autarquias, a forma como as autarquias devem chegar aos cidadãos, e também o suporte e apoio aos órgãos de comunicação social local —, tudo isto apenas pode merecer o nosso apoio favorável, quase que entusiástico, perante todo o entusiasmo que aqui verificámos, relativamente a esta proposta de lei.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa tem informação de que o Sr. Deputado Paulo Mucho se inscreve para uma intervenção, com tempo cedido pelo Bloco de Esquerda. É assim?

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podiam fazer uma fusão!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço então aos serviços que transfiram o tempo para o Grupo Parlamentar do Livre — 1 minuto.

Faça favor, Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Rodrigues: É precisamente para, no fundo, responder às considerações que o Sr. Deputado teceu sobre o projeto do Livre.

Nós percebemos que este é um debate que está a começar e ainda vai correr muita tinta sobre este debate. Mas os debates, por definição, para se fazerem, têm de começar por algum lado, e aquilo que queremos é começar esse debate.

Portanto, o repto que deixo à bancada do PSD e às outras bancadas é de que não inviabilizem esta proposta, que permitam que a proposta possa ser discutida, que possamos, na Comissão, fazer esta discussão e perceber como é que vamos tratar esta matéria da articulação da inteligência artificial com as campanhas eleitorais, com a salvaguarda da nossa democracia, não obstaculizando nunca a utilização da tecnologia e as potencialidades que ela pode ter.

Mas aquilo que entendemos é que, para fazer o debate, é preciso lançar o debate. E é exatamente isso que o Livre aqui quis fazer. Temos essa disponibilidade, para o fazer com todos os grupos parlamentares.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Agora, sim, julgo que podemos passar ao encerramento do debate. Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência, se faz favor.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado a todos pelas vossas intervenções. É bom, para variar, trazer aqui uma proposta com um apoio unânime, sendo que foram feitas várias sugestões de melhoria. Aliás, como os pareceres, que são globalmente positivos, mas também têm algumas melhorias, e diria que o trabalho em sede de especialidade serve para isso mesmo.

Portanto, nós próprios podemos colaborar nesse processo, procurando aperfeiçoar estes diplomas, sempre com a preocupação, manifestada por alguns de vós, de assegurar a simplicidade, a objetividade, a neutralidade e a operacionalidade do regime; sempre garantindo a sua eficácia e nunca prescindindo da condição da publicidade como condição de eficácia das deliberações. E, já agora, sem agravar os custos, neste caso para a administração local, que publicita as suas deliberações.

Iria fazer minha uma frase do Sr. Deputado Davide Amado, mas provavelmente para extrair dela uma consequência diferente. Disse o Sr. Deputado que a regra que deve ser seguida é a regra de: quem decide, paga. Ora, quem toma a decisão publicitada, paga a publicidade da sua decisão, portanto, quem decide, paga. Faz sentido, provavelmente leva a uma conclusão diferente da do Sr. Deputado. Mas, como disse, e tem muita razão, o Governo já lançou ontem — e o Sr. Secretário de Estado da Administração Local está aqui — um processo de revisão da Lei das Finanças Locais, onde o regime de financiamento — mais do que o total na distribuição entre autarquias — vai ser revisitado e, portanto, creio que é uma boa ocasião para esta matéria ser tratada.

Terminaria, dizendo que hoje é um dia muito bom para a comunicação social regional e local. Nós — permitam-me falar em nome de todos nós — agradecemos muito às milhares de mulheres e homens que fazem jornalismo,...

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... que fazem rádio, jornais e televisão regional e local. Hoje estamos ao lado deles, agradecendo-lhes e apoiando-os na sua ação, porque ela é fundamental para uma comunicação social livre, profissional e independente, que é indispensável.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção termina o ponto dois da ordem de trabalhos.

Vamos entrar no ponto três, que consiste na apreciação e debate, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 483/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação na Venezuela mantendo como prioridade a segurança, o bem-estar e a proteção da comunidade portuguesa aí residente, 767/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que mova todos os esforços no sentido de garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, 768/XVII/1.^a (IL) — Pela intensificação dos esforços diplomáticos e consulares para a libertação de cidadãos portugueses e luso-venezuelanos detidos na Venezuela, 772/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a promoção de esforços pela libertação total e incondicional dos presos políticos portugueses e lusodescendentes na Venezuela, 790/XVII/1.^a (PAN) — Pelo reforço das medidas de proteção da comunidade luso-descendente na Venezuela, 802/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a proteção da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a defesa ativa do Direito Internacional, 804/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reforço da proteção e acompanhamento da comunidade portuguesa na Venezuela, 807/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a promoção de uma transição política, democrática e pacífica na Venezuela e para a restauração do Estado de direito no país e 808/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta consular à comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a intensificação dos esforços diplomáticos para a libertação de presos políticos.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Cesário, do PSD.

O Sr. **José Cesário** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD tomou a iniciativa de apresentar este projeto de resolução por uma razão fundamental — pelas pessoas, pelos portugueses, aqueles que, no terreno, neste caso concreto na Venezuela, têm mantido bem alta a bandeira portuguesa, têm conseguido representar o Estado e têm ajudado a construir aquele grande país da América do Sul.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Cesário** (PSD): — Por Portugal, pelos portugueses, esta é a primeira razão.

Mas claro que o fazemos, também, pelos venezuelanos, porque acreditamos sinceramente no futuro da Venezuela. Temos muita fé naquele país, é um país riquíssimo, um país onde não haveria razão alguma para haver pobres. E por isso também é fundamental transmitir à Venezuela, que sempre foi um país amigo de Portugal, toda a nossa solidariedade para que, no respeito absoluto pelo Estado de direito, pelas regras da democracia, aquele país se possa desenvolver e possa dar às populações em geral, a todos os venezuelanos, aos portugueses que lá vivem, o desenvolvimento a que têm direito.

É evidente, Srs. Deputados, que através deste projeto de resolução, recomendamos a adoção, por parte do Governo, de um conjunto de ações e de iniciativas que nos parecem absolutamente fundamentais para que a própria comunidade portuguesa seja devidamente acompanhada.

E a primeira ação tem a ver com uma presença permanente. Uma presença permanente no terreno, lado a lado com os nossos representantes locais, lado a lado com os representantes das comunidades, lado a lado com as associações, com os clubes, com aqueles que mantêm efetivamente a presença de Portugal viva naquele país.

É absolutamente indispensável que o Governo vá apurando os programas sociais, melhorando os instrumentos que tem para apoiar aqueles que mais necessitam.

Na Venezuela, nós não tivemos só portugueses bem-sucedidos. Infelizmente, tivemos, e temos, muitos portugueses que vivem situações extremamente dramáticas, extremamente delicadas, em situações de pobreza às vezes absoluta. E para eles é absolutamente fundamental ir ajustando os programas que já temos, que são muitos. Está aqui nesta Casa o atual Deputado Gonçalo Capitão, que, na sequência de decisões que nós tomámos, levou por diante a execução de programas de ação social que são hoje fundamentais para aquela gente. O programa dos médicos na Venezuela, por exemplo, ou o apoio às instituições de solidariedade social, variadíssimas. É absolutamente indispensável mobilizar mais meios para apoiar as associações, sociedades

que têm lares de terceira idade, todos aqueles que, de alguma forma, ajudam a minorar as dificuldades naquele país.

Mas não está em causa apenas o apoio aos mais necessitados. Está também em causa a afirmação da cultura e da língua portuguesa na Venezuela, que é absolutamente fundamental. Venezuela onde criámos coordenação de ensino. Venezuela, onde há milhares de alunos de português, de língua portuguesa, muitos deles portugueses, mas não só. Venezuela, onde a cultura portuguesa foi sempre extremamente apreciada, que tem o Instituto de Cultura Portuguesa em Caracas, que tem uma ação permanente de enorme valia. É evidente que é absolutamente indispensável também que haja um programa adequado de apoio a estas instituições que melhore aquilo que já hoje oferecemos, aquilo que já hoje temos, aquilo que já hoje disponibilizamos para aquela gente.

E que fique claro, para terminar, porém, que nós não esquecemos também as outras comunidades, porque quando falamos de dificuldades, não são só os portugueses da Venezuela que sofrem. Os portugueses que estão na África do Sul, que estão em Moçambique, que estão no Brasil, que estão em tantos e tantos outros países do mundo, são merecedores também de um acompanhamento muito permanente por parte do Governo, por parte de todos os órgãos de soberania, por parte desta Assembleia, por parte das autarquias locais, sem esquecer o Governo Regional da Madeira, que tem feito na Venezuela um trabalho fundamental e indispensável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega. Faça favor.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Câmara volta hoje a discutir a Venezuela.

A situação venezuelana não é, para nós portugueses, apenas mais uma crise num contexto de grande ebulição internacional. Não é apenas mais uma crise de liberdades num mundo em que se multiplicam as tiranias. A Venezuela é lar de uma das nossas maiores comunidades emigrantes.

Aplausos do CH.

Jogam-se nela interesses fundamentais do Estado português.

A intervenção militar norte-americana de janeiro depôs, finalmente, Maduro. O narcoditador foi detido e será responsabilizado pelos seus crimes — falseamento de atos eleitorais, corrupção maciça do seu regime —, pela violência brutal que exerceu sobre o seu povo e pela miséria asfíxica que lhe impôs. Maduro matou dezenas de milhares de venezuelanos, forçou milhões ao exílio. Sem ele, abre-se uma janela de esperança que compete ao mundo ajudar a transformar em realidade.

Embora Maduro tenha sido removido da equação, o seu nefasto regime persiste. É crucial que nem Portugal nem a comunidade internacional percam o foco ou cessem de pressionar Caracas, no sentido da libertação plena dos presos políticos, do restabelecimento das liberdades públicas e da rápida restauração da legalidade democrática.

Para Portugal, todavia, a prioridade absoluta e imediata é a segurança da comunidade portuguesa local. Falamos, talvez, de 1,2 milhões de luso-venezuelanos, entre emigrantes e respetivos descendentes.

Para estes nossos compatriotas, os perigos são muitos, muito grandes e de duas ordens. A primeira, que se mantenha por mais tempo a maquinaria tirânica do «madurismo».

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — A segunda, que a instabilidade e a degradação do regime acabem por causar um colapso da ordem pública, se não mesmo uma guerra civil.

Srs. Deputados, Portugal tem deveres inescapáveis a cumprir perante os venezuelanos de ascendência portuguesa.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — É essencial que o Governo aja em concerto com os países mais capazes de exercer influência sobre Caracas, com destaque para os Estados Unidos, para que o regime liberte todos os prisioneiros políticos portugueses e lusodescendentes ainda encarcerados.

Sobretudo, é fundamental que Portugal esteja preparado para qualquer desenvolvimento nefasto da situação. Se a Venezuela cair no caos, será certamente necessário evacuar números muito relevantes de cidadãos luso-venezuelanos e lusodescendentes. Portugal tem de estar preparado para isso, tem de ter planos de contingência para o efeito e tem de prepará-los também, neste caso, com os seus principais parceiros.

Srs. Deputados, nenhuma das crises internacionais do momento nos toca tão profunda e diretamente como a da Venezuela. Temos, pois, de agir em conformidade e é por isso que vos peço a aprovação do projeto que trazemos a esta Câmara.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, faça favor, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos hoje um debate sobre iniciativas várias a propósito da Venezuela. Este é um debate oportuno, pelo menos por três razões.

Em primeiro lugar, devido à vastíssima comunidade luso-venezuelana. E aquilo que diz respeito à vastíssima comunidade luso-venezuelana diz-nos respeito a nós, ainda mais se estivermos a falar da liberdade. E é disso que estamos realmente a falar. Aliás, devo dizer que temos hoje presentes alguns representantes da comunidade luso-venezuelana, que saúdo daqui com enorme emoção.

Aplausos da IL, do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

O debate é ainda oportuno porque a remoção de Maduro não teve, até agora, como consequência, a mudança que se esperava e que se deseja para a Venezuela. Perdoando-se-me a liberdade de expressão: removeram Maduro, mas as moscas continuam as mesmas.

Risos da IL e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Em terceiro lugar, este é um debate relevante porque, para além da questão que diz respeito à Venezuela, diz respeito, por exemplo, aos presos políticos. E hoje temos aqui também nas bancadas a Noelia, filha de um antigo preso político, e o Fernando, filho de um preso político que ainda está encarcerado numa das prisões de Maduro.

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e do PS.

Portanto, é absolutamente relevante que aqui manifestemos a nossa solidariedade. *Noelia, Fernando, sepan que haremos todo lo que esté a nuestro alcance para que vuestros padres nunca vuelvan a pasar por lo que estan passando o han pasado. Muchas gracias por vuestra presencia.*

Aplausos da IL.

Para além disso, para além da solidariedade que temos com os prisioneiros políticos, este é um debate que permite também salientar um aspeto fundamental: uma visita recente do Secretário-Geral do PS e do líder parlamentar do PS, aqui presente, foram absolutamente vergonhosas...

Protestos do PS.

... e puseram em causa a nossa relação com a comunidade luso-venezuelana e com os venezuelanos. É, portanto, a oportunidade — à falta de um pedido de desculpas que era devido — de aprovarmos aqui um conjunto de resoluções que reestabeleçam a confiança da Venezuela e dos luso-venezuelanos neste Parlamento e nos partidos aqui representados.

Aplausos da IL.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Vejo que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está algo desconfortável, se calhar ainda está a sofrer do *jet lag* que sofreu com a viagem à Venezuela.

Protestos da Deputada do PS Elza Pais.

Mas, ó Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, o senhor não imagina...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não imagina, não!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... a vergonha que foi, a indignidade que foi, a apreciação que a comunidade luso-venezuelana fez daquela situação em que o senhor e o líder do PS estiveram a elogiar uma Assembleia Nacional fantoche e estiveram a elogiar um antigo ministro chavista. Foi uma vergonha, Sr. Deputado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não tem vergonha!

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — E o senhor, não tem vergonha do que está a dizer?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Sr. Deputado não faz ideia...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não faço, não!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... da indignidade que foi e da vergonha que foi para os estudantes venezuelanos ouvir o líder do seu partido elogiar a Universidade Central da Venezuela, local onde os estudantes foram objeto de repressão pelo regime de Maduro!

Aplausos da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É um embaraço! É uma vergonha!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E o senhor não faz ideia da indignidade que foi para os filhos dos prisioneiros políticos e para os prisioneiros políticos, para a Noelia e para o Fernando, ver o líder do seu partido sorridente num memorial que homenageia o pai de Delcy Rodríguez e de Jorge Rodríguez, carcereiros, traidores da vida dos venezuelanos, Sr. Deputado. Foi uma enorme vergonha!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E, já agora, deixe-me dizer que foi uma vergonha para todos nós aquele momento em que o líder do seu partido dispara naquele vídeo e vai, de forma absolutamente atoleimada, dizer que beneficia muito a universidade com a ligação entre as salas e o público. Uma grande vergonha que temos aqui.

Aplausos da IL.

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Não terá tempo para esclarecer, mas...

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Ainda bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, para não perder o esclarecimento, tem 2 minutos, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pedido de esclarecimento ou desculpas?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, o senhor acaba de servir muito mal as comunidades portuguesas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor não tem, de facto, estatura nem estatuto para ser um líder político. É que, sabe, acabou de falar dos presos políticos — a família de Héctor Ferreira, que esteve connosco em Caracas, pediu ajuda, esteve connosco e agradeceu.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

As centenas de portugueses que estiveram connosco, com o Secretário-Geral do PS e comigo, e que nos disseram «obrigado por terem vindo», disseram várias vezes, «este é o momento de falar, em particular para defender os presos políticos».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma farsa!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Na Assembleia Nacional, fantoche, de que o senhor fala, estão aqueles que conduzem um processo de amnistia que já libertou portugueses e que ainda vai libertar portugueses. E olhe, este sofá onde está o Secretário de Estado das Comunidades...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o Secretário de Estado que representa Portugal!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... é o mesmo onde eu estive, a pedir para libertarem os portugueses que ainda estão detidos.

Aplausos do PS.

V. Ex.^a usa mal o tempo que lhe deram neste Plenário, porque, ao contrário do Sr. Deputado José Cesário, ao contrário do Sr. Deputado Gonçalo Capitão, o debate aqui é se estamos ao lado ou não das comunidades.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É se estamos ao lado ou não daqueles que querem uma transição democrática e pacífica na Venezuela. O senhor o que fez aqui foi partidarite aguda,...

Aplausos do PS.

... usou as comunidades para atacar o Secretário-Geral do PS, que ia na sua décima viagem à Venezuela estando ao lado das comunidades.

As comunidades conhecem bem o José Luís Carneiro. De si, só sabem que usa as comunidades para atacar o PS. Zero, Sr. Deputado, zero! O senhor não merece.

Aplausos do PS.

Quanto à universidade, sabe, aquela universidade tem um importante investimento do Instituto Camões. Estão lá computadores dados pelo Estado português para ensinar a língua portuguesa.

Protestos da IL e do CDS-PP.

Nós não brincamos com as comunidades. As comunidades são um assunto de Estado e o senhor só serve para isso mesmo: partidarite. É por isso que hoje já não é líder sequer da Iniciativa Liberal.

Aplausos do PS.

Protestos do IL e do CH e contraprotestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma vergonha!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Prestar vassalagem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenham vergonha! Peçam desculpas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede tu! Tens de pedir desculpas! O PS é que devia pedir desculpa!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Rocha já não tem tempo, ficará para outra oportunidade. Há uma transferência de 30 segundos do CDS-PP para a Iniciativa Liberal, portanto, tem 30 segundos — 15 mais 15.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado Rui Rocha, faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, falando de má utilização do tempo,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sirva os portugueses!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias poderia ter vindo aqui fazer um pedido de desculpas, optou por fazer um ataque sem nenhum sentido, mas vou-lhe responder ao que é relevante.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor não merece o cargo que tem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Em primeiro lugar...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Em primeiro lugar os portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está parada a contagem de tempo, porque...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, tem de repor!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Rocha vai ter 10 segundos de ouro para esclarecer. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Em primeiro lugar, Sr. Deputado, a iniciativa que tiveram foi à margem dos canais diplomáticos portugueses. Uma vergonha.

Em segundo lugar, o sofá onde o Sr. Deputado esteve sentado...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já não tem tempo, mas eu...

Continuação de burburinho na Sala.

É favor, por responsabilidade minha, que sejam dados mais 10 segundos ao Sr. Deputado Rui Rocha.

Protestos do PS.

Espero que o permitam, porque efetivamente não interrompi o Sr. Deputado, mas ele não teve condições. Deveria estar parada a contagem do tempo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PS e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Deveria estar parada a contagem do tempo. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma dúvida, eu sempre estive ao lado da liberdade. Os senhores estiveram ao lado do regime da Venezuela.

O orador apontou para a bancada do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Zero! Os senhores estão do lado da partidarite!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E venham aqui falar de computadores, o que só nos recorda... Tenho pena que não venham também falar aqui de pernil...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vale zero!

O Sr. **Presidente**: — Está terminado.

Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É melhor ficares atento, Eurico!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao falarmos da Venezuela há duas palavras iniciais que têm de ser ditas, e têm de ser claras — uma a favor e uma contra.

Uma a favor dos portugueses, de entre eles, a favor daqueles que estão presos. Acho inadmissível que tenhamos ouvido, neste debate, intervenções que não referiram, nem por uma vez, os presos políticos portugueses que estão na Venezuela,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi ele, não fui eu!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... porque é para com eles a nossa primeira obrigação, para com aqueles que continuam presos. E não venham...

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Ó Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, não vale dizer «não fui eu», porque o Sr. Deputado foi lá, prestou vassalagem ao regime,...

Aplausos do CDS-PP e da IL.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e ainda agora referiu uma lei de amnistia que é uma farsa!

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do CH.

Protestos do PS e do Deputado do L Rui Tavares.

A lei de amnistia é uma farsa! É preciso dizer neste Parlamento que a lei de amnistia, que o PS acha que vale alguma coisa, é uma lei que obriga os presos a pedirem por favor para serem libertados,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eu estive com um!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e, do alto da sua arrogância, do alto da sua ditadura, do alto da sua prepotência, o regime comunista logo lhes dirá se têm esse direito a ser libertados ou não.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Não é Delcy Rodríguez que faz nenhum favor aos presos políticos portugueses.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São a dignidade, a liberdade e a democracia — que nós defendemos! — que exigem que essas pessoas sejam libertadas já!

Aplausos do CDS-PP e da IL.

Já! Sem condições e muito menos sob democracia paralela e cobarde. Democracia paralela e cobarde é aquela que faz quem não foi mandatado para isso.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não fui mandatado?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a dizer que esteve sentado na mesma cadeira que o Secretário de Estado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe, olhe!

O orador exibiu uma fotografia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, só que o Secretário de Estado está lá em nome de Portugal, do Governo de Portugal, porque o Governo foi investido por este Parlamento, que representa os portugueses e tem o exclusivo da representação externa de Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É ao Governo que cabe fazer essa defesa, não é a si.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe!

O orador voltou a exhibir a mesma fotografia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se quer mostrar fotografias, mostre a fotografia da vergonha de ter estado ao lado do memorial de alguém que, enquanto teve ação, foi responsável pelo maior sequestro de um estrangeiro na Venezuela...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe! O CDS acabou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e que tem a sua filha e o seu filho, neste momento, à frente do regime e à frente de uma amnistia que são fantoches.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso é preciso dizer uma coisa: o que se continua a passar na Venezuela é de uma gravidade extrema.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Saiu um comunista, entrou outro comunista.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Viva o Trump!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Saiu alguém que era ditador e não respeitava os direitos humanos, mas quem está agora não tem legitimidade para estar. Tem de estar à frente da Venezuela quem ganhou eleições, e Portugal disse, desde a primeira hora, que quem ganhou eleições não foi Maduro.

Por isso, aquilo que defendemos hoje, aqui — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há politiquice que valha a liberdade de cidadãos portugueses —, é que aqueles que já foram libertados deixem de ter condições nessa liberdade e aqueles que ainda estão presos sejam libertados. Essa é a nossa maior prioridade! Em segundo lugar, que todos os cidadãos portugueses sejam respeitados na Venezuela. E que, não só para os portugueses, mas também para os lusodescendentes e todos os venezuelanos, tenham aquilo que, felizmente, nós temos e valorizamos: que tenham direito à sua liberdade, que tenham direito à sua vida, que tenham direito a viver, que tenham direito a sonhar e que não continuem reféns de um comunismo que já deveria ter acabado, que é responsável pela sua miséria e que, de uma vez por todas, tem de ser condenado por todos.

Aplausos do CDS-PP, do CH, da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, o Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não terá tempo para esclarecer. O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias tem esta desdita de pedir esclarecimentos a quem não tem tempo para responder.

Faça favor, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, sabe uma coisa? Eu e o Secretário-Geral do PS estivemos com um dos portugueses que esteve preso sete anos, e que estava feliz junto da sua comunidade, perto de Caracas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é possível dizer isso?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Por isso, quando o senhor vem aqui dizer, sendo que estivemos com o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Venezuela, que nós não podemos intervir, Sr. Deputado, o seu problema é político

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é político!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É porque o Secretário-Geral do PS foi, e foi antes do Governo. Mas isso não é um problema, isso não nos divide. O importante são aquelas pessoas, são os presos políticos e são aqueles que são libertados.

Protestos de Deputados da IL.

Segundo, a direita portuguesa tem um problema: às segundas, quartas e sextas acha que o Presidente Trump é a última *Coca-Cola* no deserto;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... às terças, quintas e sábados diz «não há uma democracia na Venezuela».

Não temos dúvidas, não há uma democracia na Venezuela! Mas o processo de amnistia começa, precisamente, com a intervenção dos Estados Unidos da América, Sr. Deputado. Por isso, há muitos portugueses e muitas famílias portuguesas que têm a expectativa de que, mesmo dentro daquele regime, os portugueses sejam libertados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foram enganá-los, vocês!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foram enganá-los!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi para isso que trabalhámos, é para isso que o senhor deve trabalhar. O senhor só tem um problema, aliás, como o Sr. Deputado Paulo Núncio, é que hoje nada vos distingue da gritaria do Chega. É uma pena!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, também para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado João Almeida, queria dizer-lhe que ninguém obrigou o CDS, em 2013, a apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Hugo Chávez, e na altura não havia nenhuma lei de amnistia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso! *Fake news!*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nessa mesma legislatura, também ninguém obrigou o Sr. Ministro Paulo Portas a ir cumprimentar Nicolás Maduro — que fez uma escala em Portugal, no aeroporto de Lisboa — de forma calorosa, e não havia nenhuma lei de amnistia!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, façamos este debate com a seriedade democrática que ele exige. É do interesse do Estado e da República Portuguesa a libertação de todos os presos políticos na Venezuela...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e é do interesse do Estado e da democracia portuguesa que a legalidade internacional e o direito internacional sejam respeitados.

Portanto, está mal a direita portuguesa quando apoia a desorganização internacional que Donald Trump promove quando quer ficar com o petróleo da Venezuela. Por isso é que retira Maduro e mete lá Delcy Rodríguez; por isso é que quer anexar a Gronelândia; por isso é que quer dividir as terras raras da Ucrânia com Vladimir Putin;...

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

... por isso é que quer matar Cuba à fome; por isso é que bombardeia o Irão.
E o que é que nós ouvimos do CDS? Nada!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Rigorosamente nada,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... porque o relógio democrático do CDS só dá horas em certos hemisférios.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quanto a ouvir uma palavra firme contra a desorganização mundial que Donald Trump organiza e que os contribuintes portugueses estão a pagar, como nunca pagaram, na fila do supermercado e na bomba de gasolina, não ouvimos nada, nada, nada!

Por isso, ao Sr. Deputado João Almeida e à direita portuguesa, no geral, deixa-se o desafio:...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não vamos na flotilha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... quanto à determinação democrática que existe para denunciar os abusos em relação à administração venezuelana, tenham-na também em relação a Donald Trump, porque ainda hoje vieram mais avisos sobre as consequências das ameaças de Donald Trump, que chegaram ao Vaticano. Mas mesmo quando ameaçam o Papa, o PSD e o CDS não dizem rigorosamente nada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o Bloco de Esquerda que vai defendê-lo! Tenha vergonha na cara!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — São vocês que dizem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, mais democracia, mais direito internacional, menos hipocrisia.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É para defender o Trump?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que estamos na fase em que se estão a apresentar os projetos de resolução e projetos de lei em relação a este tema.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Bloco de Esquerda, naquilo que acabou de fazer, não apresentou o seu projeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu gostaria que o Bloco de Esquerda apresentasse o seu projeto e que o Sr. Presidente tivesse isso em atenção.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para solicitar a distribuição de um documento que me esqueci de exibir, que são as fotografias dos Deputados do Trump com os chapéus de Donald Trump.

O orador exibiu as fotografias que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Apresenta o projeto!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Eu tenho fotografias melhores!

O Sr. **Presidente**: — Mal chegue será distribuído.
Tem a palavra, para intervir, o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Fabian, converteste-te ao cristianismo? Falas tanto no Papa...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — São ameaças a um chefe de Estado, seja ele da cidade do Vaticano...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de começar a intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, e em particular os concidadãos luso-venezuelanos que nos visitam hoje, aqui,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... creiam-me que estamos juntos no desejo e, mais do que isso, na luta, na solidariedade ativa...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó pá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para que o povo venezuelano tenha na mão o seu destino de forma democrática. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado sabe que não se pode dirigir às galerias, a não ser para uma saudação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Não fazes tudo o que queres!

Protestos do L, do PS e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Escusa de haver vozeria, porque quem conhece o Regimento sabe que é assim. Faça favor, Sr. Deputado.

Continuação de protestos do L, do PS e do PCP.

É escusado fazerem ruído, porque é tempo em que impedem o Sr. Deputado Rui Tavares de falar. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, como ainda há pouco o Sr. Deputado Rui Rocha se dirigiu às galerias durante bastante tempo, achei que havia um precedente criado.

O Sr. **Presidente**: — Não há precedente.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não há problema nenhum, prosseguirei.

Gostaria de felicitar o PSD, em particular o Sr. Deputado José Cesário, por trazer este debate a Plenário, pelo conteúdo do debate e, muito em particular, pela maneira como o trouxe. Porque num tema em que seria desejável que todos tivéssemos a mesma opinião, no que aos direitos humanos, à liberdade e ao combate às ditaduras diz respeito — às vezes, mesmo quando estamos de acordo, há quem se esforce por fazer de conta que não estamos,...

Protestos do Deputado Hugo Soares.

... para poder prosseguir na sua senda da chicana partidária —, há uma parte do tema venezuelano em que, implícita e explicitamente, todos estaríamos ou deveríamos estar de acordo, que é precisamente em fazermos o nosso melhor para termos essa tal solidariedade ativa com a nossa comunidade, que é vasta e diversa na Venezuela: da Madeira, aqui do meu vizinho Filipe Sousa, até ao distrito de Aveiro, do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, de onde tanta gente foi para a Venezuela. Temos também nos nossos partidos, muitas vezes, militantes que são luso-venezuelanos, e, alguns deles, tendo estado lá, também na oposição democrática ao regime chavista e madurista, onde, também é bom lembrar, foram reprimidos ativistas políticos e militantes políticos de todo o espectro político — algo que, às vezes, é pouco lembrado aqui —, muito em particular sindicalistas independentes, desde o início do regime chavista.

O que é que nós podemos fazer de prático pela nossa comunidade? Bem, em primeiro lugar, procurar que estes debates sejam mais construtivos do que destrutivos. Esse já é um caminho importante.

Em segundo lugar, reforçar a presença e a capacidade de resposta da rede consular e, em todas as atividades que nós, também enquanto representantes do povo português, façamos em prol da comunidade luso-

venezuelana, procurar que haja uma articulação com o Governo, qualquer que ele seja, para que possamos estar sintonizados nos canais que são de diplomacia mais informal, parlamentar, associativa ou outra.

Depois, procurar — como solicitamos, no quarto ponto do projeto do Livre, ao Governo que faça — que haja um canal direto de comunicação com os nossos concidadãos, porque será sempre muito difícil aos nossos diplomatas, através do consulado e da embaixada, num país que é diverso e onde as comunicações nem sempre funcionam bem, chegar a todos os nossos concidadãos. Seria importante haver um repositório, para que pudéssemos, através de SMS (*short message service*) ou de outras comunicações — longe vá o agouro! —, se for necessário, em alguma situação de tensão ou de alarme na Venezuela, chegar diretamente a essa comunidade.

E depois, que se estabeleça uma linha de financiamento dedicada a associações e organizações da comunidade portuguesa na Venezuela. Isso implica apoio psicológico a quem vem da Venezuela. Algumas destas pessoas, tendo sido presos políticos, tendo sido sujeitos a tortura, podem precisar desse apoio. E há instrumentos da União Europeia, inclusive, que ajudam a que isso possa ser feito com instrumentos que foram criados ao abrigo do Orçamento Europeu. A Sr.^a Deputada Regina Bastos lembra-se bem de termos trabalhado em conjunto no desenvolvimento desses instrumentos.

Portanto, recentrando o debate naquilo que mais importa e naqueles que nós temos aqui de servir, aproveitando bem o tempo que temos para eles naquilo em que concordamos, esta era a mensagem que gostaria de dar à Câmara, apelando a que pudessem apoiar a iniciativa do Livre neste aspeto.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Queria dar duas notas: uma a avisar que faltam 10 minutos para terminar a votação, para quem ainda não tiver votado; a segunda para apresentar as minhas desculpas ao Sr. Deputado Rui Tavares, porque eu estava ao telefone — não tinha notado porque estava a resolver um problema — e, realmente, o Sr. Deputado Rui Rocha ter-se á dirigido, até em língua espanhola, à galeria.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade!

O Sr. **Presidente**: — Eu teria chamado a atenção, da mesma forma, se o tivesse ouvido,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O queixinhas!

O Sr. **Presidente**: — ... mas, como não ouvi, julguei que...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É queixinhas!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, fica este esclarecimento.

O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para que fique claro que os demais grupos parlamentares que não saudaram as pessoas que nos acompanham nas galerias não foi por falta de respeito nem por falta de educação, foi meramente por cumprimento do Regimento.

Não é bom que as pessoas que acompanham os trabalhos fiquem com a ideia de que há grupos parlamentares que têm mais consideração pelas pessoas que aqui nos acompanham do que outros!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Assim, que fique definitivamente claro que é para cumprir o Regimento que nós não saudamos quem está nas galerias.

Continuação de aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — É verdade! É verdade! Eu, como sabem, não é por falta de insistência...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falta de respeito, do Livre, que faz sempre igual! São contra a lei!

O Sr. **Presidente**: — ... que peço que essa matéria seja cumprida.

Vamos passar para a intervenção seguinte, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É lastimável — lastimável! — que dois Deputados, da Iniciativa Liberal e do CDS-PP, respetivamente, representantes de uma espécie de nova direita de estilo ultra, tenham transformado um debate que devia ser de união...

Protestos da IL e do CDS-PP.

... em prol das comunidades portuguesas num debate divisivo e profundamente sectário nesta Câmara.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, a posição do Partido Socialista é muito clara sobre a matéria ou as matérias que aqui hoje nos trazem. A nossa primeira prioridade é a nossa comunidade,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... uma comunidade que continua a viver num contexto de profunda instabilidade e incerteza.

Sr. Presidente, há portugueses e lusodescendentes que vivem há anos sob enorme pressão. Há famílias vulneráveis, há idosos, há doentes crónicos, há empresários que resistem em condições muito difíceis e há cidadãos portugueses detidos em circunstâncias que não nos podem deixar indiferentes. Sem libertação dos presos políticos não haverá confiança e sem confiança não haverá verdadeira abertura democrática.

Aplausos do PS.

É por isso que afirmamos que o Estado português tem de intensificar os seus esforços, diplomáticos e políticos, para alcançar a libertação dos portugueses e lusodescendentes presos por razões de natureza política.

Sr. Presidente, defender os portugueses na Venezuela nunca significou, nem significa, fechar os olhos à natureza do regime.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Mas sejamos claros, o Partido Socialista tem estado, de forma sistemática, ao lado das forças democráticas venezuelanas.

Aplausos do PS.

Esteve ao lado de Juan Guaidó, esteve ao lado de Edmundo González e reconhece o papel determinante de María Corina Machado na mobilização democrática e na resistência cívica dentro da Venezuela.

A nossa posição não mudou nem muda com as circunstâncias, muito menos se adapta ao ruído do momento, e não aceitamos lições de moral de quem não a tem para falar sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, a solução para a Venezuela só pode ser política, só pode ser pacífica e só pode ser democrática. Defender o diálogo não significa ignorar a realidade, significa trabalhar para que haja garantias. E é isso que afirmam as duas iniciativas que o PS hoje apresenta nesta Câmara.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não terá tempo para esclarecer. Para formular o pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, falar do Partido Socialista e da Venezuela é falar de incoerência, de hipocrisia...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... e de falta de coragem política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Catarina Louro.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — O PS gosta muito de vir aqui falar do direito internacional e de se apresentar como um defensor da democracia, mas quando olhamos para a Venezuela — um regime totalitário, chavista, bolivariano, assente na repressão...

O Sr. **João Torres** (PS): — Já estava escrito!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... e na violação dos direitos humanos — aquilo que vemos do PS é hesitação, ambiguidade e até episódios lamentáveis...

A Sr.^a **Catarina Louro** (PS): — Não está nas reuniões, não sabe!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... como o da recente visita do Secretário-Geral do PS, José Luís Carneiro. Uma visita imprudente e irresponsável,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... que até gerou críticas dentro do próprio PS, e isso diz tudo: nem dentro do vosso partido há consenso...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... sobre a forma como lidam com ditaduras.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — E porquê esta ambiguidade? Porque o PS nunca conseguiu romper claramente com regimes que partilham a sua matriz ideológica. Dizem que defendem eleições livres — e dizem-no bem —, mas na prática evitam uma condenação firme, inequívoca e sem rodeios.

Mais grave ainda, esta postura passa uma mensagem muito perigosa: a de que há ditaduras mais toleráveis do que outras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — A mensagem de que, mesmo quando se comete um erro crasso em diplomacia, para dar um certo jeito político, os princípios podem ser relativizados.

Protestos das Deputadas do PS Catarina Louro e Elza Pais.

Portugal, Srs. Deputados, não pode ter uma política externa assente em hesitações, e muito menos pode ter um partido político que, perante uma crise desta dimensão, parece mais preocupado em não incomodar do que em defender claramente a democracia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos das Deputadas do PS Catarina Louro e Elza Pais.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Está, por isso, hoje, o PS disposto a cair finalmente na realidade, a assumir os seus erros e a pedir desculpa a esta Câmara,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... considerando todos os *players* políticos como necessários para resolver a crise na Venezuela e ajudar as nossas comunidades? Ou vai continuar a acenar com flores e com cravos até que tudo fique na mesma e nada, absolutamente nada, se resolva?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje não estamos a discutir apenas política externa, estamos a falar de pessoas, de famílias portuguesas que vivem na Venezuela e que, neste momento, enfrentam o medo, a incerteza e a instabilidade. E aquilo que estamos a exigir ao Estado português é simples: responsabilidade, presença e ação.

Não basta acompanhar, é preciso agir com determinação. A nossa comunidade na Venezuela não pode ser esquecida. São portugueses que trabalharam, que construíram, que contribuíram durante décadas e que agora precisam de nós, precisam de apoio consular eficaz, precisam de informação clara, precisam de sentir que Portugal não vira a cara quando as coisas ficam difíceis.

E Portugal deve ser firme, claro e coerente na defesa da liberdade, da legalidade internacional e da paz, acima de tudo, porque proteger os portugueses no estrangeiro não é uma opção, é uma obrigação; e defender a democracia não é um discurso, é um verdadeiro dever que todos nós devemos assumir.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate em torno da República Bolivariana da Venezuela e da agressão externa a que é sujeita há décadas deve ser abordado com rigor, responsabilidade e respeito pelos princípios do direito internacional.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Só falta a auréola!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A Venezuela é um país soberano e tem de ser tratado como tal. Se assim for, também assim estaremos a ter em conta e a defender os portugueses residentes na Venezuela.

Os Estados Unidos da América impuseram mais de 1 milhar de medidas coercivas contra a Venezuela, que visam atingir a capacidade produtiva do país, o acesso ao financiamento externo e as condições de vida do povo venezuelano e que têm tido devastadores impactos para a população, incluindo a comunidade portuguesa.

O bloqueio económico e financeiro é acompanhado de todo o tipo de ingerências e agressões a partir do exterior,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Agressões era lá dentro, com o Chávez e o Maduro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... incluindo a promoção da ação terrorista e de sucessivas tentativas de golpe de Estado levadas a cabo por forças de extrema-direita.

Vozes da IL: — Ah!...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A agressão levada a cabo pelos Estados Unidos da América contra a Venezuela constitui uma punição de um povo inteiro...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus! Ui, ui!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... pelo crime de exercer a sua soberania e direitos. Esta agressão é tornada invisível por aqueles que seguem o pensamento único.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quem é que segue o pensamento único?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a Europa?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — No entanto, as dificuldades económicas da Venezuela não são obras do acaso. A sua determinante razão é o cruel bloqueio imposto, é o roubo dos ativos, é a pirataria e o sequestro de navios venezuelanos pelos Estados Unidos da América.

As relações entre Estados, nomeadamente as relações entre Portugal e a Venezuela, não podem ser marcadas por estas operações de manipulação e desonestidade política. Partilhando profundos laços com a Venezuela, onde reside uma importante comunidade portuguesa, muito ativa e integrada, Portugal deve desempenhar um papel responsável no desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois países e na promoção dos interesses dos seus cidadãos. Desde logo, denunciando e condenando a agressão dos Estados Unidos da América à Venezuela e promovendo o diálogo com as autoridades venezuelanas. Infelizmente, não foi para isso que este debate foi agendado.

Defendemos os direitos, os interesses e as aspirações da comunidade portuguesa na Venezuela, assim como os direitos, os interesses e as inspirações do povo venezuelano, mas não contem connosco para branquear e dar cobertura a uma operação de ingerência e agressão contra a Venezuela, com todas as implicações que tem sobre o povo venezuelano e sobre a comunidade portuguesa que reside na Venezuela.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para intervir o Sr. Deputado Paulo Neves.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que destaque, nesta intervenção, o perfil que o Governo português tem adotado desde sempre com a Venezuela, que tem sido um perfil de enorme responsabilidade, de enorme determinação e bom senso.

Eu queria recordar às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que o Governo português — e bem! — não reconheceu o resultado das últimas eleições presidenciais, nem das eleições legislativas na Venezuela. No entanto, tivemos uma posição muito firme na defesa da nossa comunidade que vive na Venezuela, com todos os portugueses, mas com uns em especial: refiro-me precisamente àqueles que estavam presos, e alguns ainda assim se mantêm presos, injustamente, nas cadeias da Venezuela.

Temos sido bastante firmes na exigência da sua libertação — todos temos de reconhecer essa determinação, essa firmeza e essa coragem do Governo português.

Também queria destacar a visita recente do Sr. Secretário de Estado das Comunidades às nossas comunidades na Venezuela; e também a visita do Diretor Regional das Comunidades do Governo da Madeira, que fez questão de estar ao lado das nossas comunidades quando elas mais necessitavam. Queria ainda destacar que temos sempre uma relação direta com os representantes das comunidades portuguesas na Venezuela, que são eleitos por todos os portugueses que estão na Venezuela, em especial aqueles que são eleitos pela comunidade madeirense e também de Aveiro, que tem uma comunidade que merece uma atenção muito especial da nossa parte.

Permitam-me que termine com o último ponto do nosso projeto de resolução, que fala precisamente do futuro da Venezuela. Temos também de dar uma palavra de otimismo ao futuro da Venezuela e acreditar naquele país, que é um país fantástico, uma economia fantástica, com possibilidades fantásticas. É exatamente isso que devemos também dar, uma mensagem de otimismo quanto ao futuro da nossa comunidade na Venezuela, porque o futuro da Venezuela passa pela comunidade e a nossa comunidade será a maior privilegiada se conseguirmos um futuro otimista para aquele país, que bem merece, como é o caso da Venezuela.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final deste debate, um debate importante onde falamos das comunidades portuguesas e, particularmente, dos que estão na Venezuela, queria dizer à Sr.^a Deputada Paula Santos que o problema da Venezuela não são os Estados Unidos. Sr.^a Deputada, o problema da Venezuela é o regime comunista implantado há anos, anos e anos na Venezuela.

Aplausos do CH.

Esse é que é o grande problema da Venezuela.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, perdeu uma grande oportunidade de pedir desculpa à comunidade portuguesa na Venezuela.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Peça desculpa por não fazer nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O senhor, que é líder parlamentar do terceiro maior partido em Portugal, foi prestar vassalagem ao regime venezuelano...

Aplausos do CH.

... e disse que nada distingue o Chega do CDS. Ó Sr. Deputado, nada distingue o PS da extrema-esquerda!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Agora até têm militantes terroristas!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não podemos compactuar com o branqueamento que é aqui feito, porque as condições e as consequências dos bloqueios e das sanções dos Estados Unidos da América sobre o povo venezuelano têm impactos profundamente negativos, não só sobre o povo venezuelano, mas também sobre a comunidade portuguesa. Quem defende a comunidade portuguesa não pode aceitar estes bloqueios.

Portanto, daqui, o PCP refere que defender a comunidade portuguesa...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente, para distribuição de um documento. Terei o gosto de enviar a V. Ex.^a as últimas declarações do Presidente dos Estados Unidos, um amigo do Deputado André Ventura, sobre a Sr.^a Presidente Delcy Rodríguez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, ninguém bateu palmas!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, logo que chegue.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves para encerrar o debate, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje várias iniciativas sobre a Venezuela. Falamos de um país onde reside uma das maiores comunidades portuguesas no mundo e, por isso mesmo, falamos de portugueses, falamos de famílias, falamos de vidas concretas, que exigem de nós responsabilidade, seriedade e ação.

Foi precisamente nesse sentido que o PSD apresentou o projeto de resolução que hoje apreciamos. O PSD tem sido claro e consistente: a prioridade absoluta, quando abordamos a questão da Venezuela, deve ser sempre a segurança dos portugueses, o seu bem-estar e a sua proteção. É defender todos os portugueses, mas com uma atenção muito especial e dedicada àqueles que estão detidos por razões políticas. Insistimos: todos os portugueses presos políticos têm de ser libertados.

É justo dizê-lo nesta Câmara que o Governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem seguido precisamente estas linhas e estas prioridades, com uma enorme responsabilidade, com equilíbrio e com sentido de Estado, repito, com sentido de Estado, sem precipitações, sem correrias, sem gafes ou incorreções.

Desde o início desta crise, o Governo tem acompanhado a situação de forma permanente, em articulação com o Sr. Presidente da República, com a rede diplomática e consular e com os nossos parceiros europeus, informando sempre o Parlamento. Porém, mais do que acompanhar, o Governo tem atuado, e é exatamente ao Governo que cabe essa responsabilidade de orientar e de efetivar a nossa política externa.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este tem sido o nosso perfil, esta tem sido a nossa conduta, e é exatamente isso que iremos continuar a fazer, sempre a defender os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina este ponto da nossa ordem de trabalhos e vamos passar ao quarto ponto, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 502/XVII/1.^a (CH) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, integrando a medicina dentária na carreira especial médica do Serviço Nacional de Saúde, 365/XVII/1.^a (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde,

412/XVII/1.^a (PS) — Cria a carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, 544/XVII/1.^a (PAN) — Proceder à criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e 553/XVII/1.^a (L) — Cria a carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 778/XVII/1.^a (PCP) — Criação da carreira especial de médico dentista no SNS.

Srs. Deputados da bancada do PSD, pedia o favor de se sentarem, para dar a palavra ao próximo orador.

Sr.^a Deputada Marta Silva, do Chega, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Existem temas em que a realidade deve falar mais alto do que a ideologia, e a saúde oral é um deles. O facto de esta matéria regressar hoje ao Parlamento, através de várias iniciativas, mostra uma evidência simples: durante demasiado tempo, o Estado empurrou a saúde oral para a periferia do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e deixou os portugueses entregues à sua carteira.

Os números são demasiado graves para continuarmos no conforto das intenções.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Em Portugal, 16 % dos adultos têm necessidades de cuidados dentários por satisfazer — quase três vezes acima da média europeia. Em 76 % dos casos, a razão é mesmo falta de dinheiro. Perto de dois terços dos portugueses não têm a dentição completa.

Estes números sublinham a desigualdade social, a dor evitável e, sobretudo, a falha do Estado.

É verdade que o SNS disponibiliza consultas de medicina dentária através de programas de referenciação, mas há um dado que desmonta toda esta encenação do Governo. É que cerca de 70 % da população nem sequer conhece esta possibilidade. Talvez seja até propositado, já que, se esses programas fossem realmente divulgados, como deviam ser, o SNS não teria capacidade de dar resposta. E isto diz tudo. Fazem-se anúncios, inauguram-se gabinetes para a fotografia, publicam-se portarias para encher comunicados, mas é preciso ter médicos dentistas, equipas estáveis e capacidade de resposta. De nada vale criar a ilusão de um direito, se, depois, não existem meios para o garantir. Ou seja, o bloqueio é bem conhecido no SNS, mas continua sem se resolver o essencial: a integração estruturada dos médicos dentistas no SNS.

As iniciativas que aqui estão hoje em debate sobre esta matéria reconhecem que existem vínculos desadequados e dificuldade de retenção. Temos apenas 150 dentistas no SNS, uma fração mínima, face àquilo de que necessitamos e ao número de profissionais em exercício. Chegaram até a existir mais de 30 gabinetes dentários no SNS fechados. Fechados porquê? Porque falta a contratação. Isto significa que o Estado investe em instalações, em equipamentos, mas falha no que faz qualquer serviço funcionar — falha nos profissionais, na carreira, na estabilidade e na previsibilidade.

A saúde oral tem de deixar de ser vista como um luxo, pois é uma matéria de saúde pública, e a evidência científica mostra uma associação consistente entre saúde oral e outras doenças. Mostra também que, nos doentes oncológicos, a avaliação e o tratamento dentários antes da quimioterapia ou da radioterapia reduzem o risco de infeções e de complicações. Por isso, integrar a medicina dentária no SNS é também prevenir doença, proteger os mais vulneráveis e tratar a saúde oral como aquilo que ela é: uma parte séria da saúde geral.

É aqui que o projeto do Chega faz a diferença. Não trazemos apenas mais uma recomendação, trazemos lei. Não optamos por acrescentar mais uma construção avulsa ao edifício jurídico já existente. O que propomos é fazer da medicina dentária uma área da carreira especial médica, com as devidas adaptações e articulação com a Ordem e com as restantes estruturas do setor. E por que razão escolhemos este caminho? Porque é um caminho mais coerente, mais sério, mais exequível.

O nosso diploma prevê integração por procedimento concursal, regulamentação no prazo de 180 dias, definição posterior de categorias, conteúdos funcionais, progressão e regime remuneratório. Propõe também um estudo de impacto financeiro público e prévio, e ainda mecanismos de avaliação e monitorização da sua implementação.

Srs. Deputados, isto é legislar com responsabilidade, é reconhecer a urgência sem sacrificar o rigor e a sustentabilidade, porque, sem carreira, não há fixação; sem fixação, não há equipas estáveis; sem equipas estáveis, não há gabinetes a funcionar, e a saúde oral do SNS continuará a ser uma política anunciada, reformulada, mas sucessivamente adiada.

Por isso, o que hoje decidimos é simples: ou continuamos a empurrar os portugueses para as urgências, para o adiamento e para a despesa do seu próprio bolso, ou damos, finalmente, à medicina dentária o lugar que lhe pertence no Serviço Nacional de Saúde.

O Chega escolhe a integração, a responsabilidade e a execução. Escolhe menos propaganda, menos adiamento e mais SNS onde ele falhou durante décadas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda traz, uma vez mais, um projeto de lei. Esperamos que esta sexta-feira consigamos finalmente resolver este problema, que se arrasta há décadas.

A não inclusão da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde criou um problema estrutural de acesso à saúde oral. Há milhares de portugueses que não vão ao dentista de todo por razões financeiras, e outros milhares não vão, até que uma situação limite os obrigue, de facto, a ir. A razão é a estrutura desigual que os problemas de acesso criam, porque o acesso à saúde dentária é caro em Portugal.

Não é porque falem profissionais. Em Portugal, felizmente, formamos muito mais profissionais do que aqueles que são recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Temos, em média, 840 habitantes por profissional dentário, enquanto a OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda que haja pelo menos 1 profissional por 1500 a 2000 cidadãos. Portanto, o problema não é de massa crítica, não é de profissionais. Muito pelo contrário, o problema é não haver oferta no Serviço Nacional de Saúde.

Isto não significa que não haja dentistas no Serviço Nacional de Saúde, porque os há — há mais de 100 dentistas nos cuidados primários, na sua larga maioria contratados através de falsos recibos verdes, e outros tantos são enquadrados como técnicos superiores, algo que, de facto, não são.

Por isso é que urge criar a carreira de medicina dentária, como já acontece na Região Autónoma da Madeira, dando cumprimento ao que o grupo de trabalho para a saúde oral do Serviço Nacional de Saúde já tinha identificado e ao que a Provedora de Justiça recomenda. Trata-se de generalizar o acesso à saúde oral, que é essencial para democratizar o acesso à saúde em Portugal.

Esperamos que, esta sexta-feira, se consiga finalmente aprovar projetos para criar a carreira de medicina dentária e, com isso, garantir que todos os portugueses, independentemente da sua condição económica, têm acesso à medicina dentária.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Partido Socialista, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O acesso à saúde oral e à medicina dentária é uma das maiores dificuldades no âmbito dos cuidados de saúde. Durante décadas, o Serviço Nacional de Saúde foi parco nestes cuidados.

Foi por esta consciencialização, com a certeza de que alargar o acesso a cuidados preventivos e terapêuticos era um passo inadiável, que Governos do Partido Socialista avançaram com medidas. São disso exemplo o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral 2021-2025 e, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), a inclusão da criação de mais de uma centena de gabinetes de médico dentista.

Para garantia da oferta adequada no SNS, para que coloque esses gabinetes a funcionar e assegure universalidade e equidade, a existência de recursos humanos devidamente enquadrados e valorizados é uma exigência.

Até agora, a prestação de cuidados de saúde oral no SNS tem sido assegurada através de vínculos precários ou da integração de médicos dentistas em carreira que não reflete a especificidade da sua atividade clínica, situação que atualmente já não se compreende. É por isso que o conjunto de iniciativas a debate, apesar de distintas na formulação, têm em comum o reconhecimento de que é necessário que seja criada uma carreira específica de medicina dentária.

O Partido Socialista percorreu com transparência a tramitação que anunciámos desde o início. Recomendámos, fizemos perguntas sobre o desenvolvimento do dossiê e, em face da ausência de desenvolvimentos esperançosos, o PS construiu, artigo a artigo, um projeto de lei justo e legítimo...

Aplausos do PS.

... que vem instituir uma carreira de médico dentista no SNS, assim como os requisitos de habilitação e percurso de progressão de profissionais, sendo que as remunerações são fixadas pelo Governo, em instrumento de regulamentação coletiva.

As diversas iniciativas têm aspetos distintos que, em sede de especialidade, podem ser apreciados de modo mais aprofundado.

Para nós, é claro que a constituição desta carreira específica tem de ter em atenção o processo formativo dos profissionais. Os deveres funcionais dos médicos dentistas são mais exigentes do que os das chamadas «carreiras gerais». Não é, portanto, adequada a sua integração como técnicos superiores de saúde ou mesmo na recente divulgação da carreira de especialista superior de saúde. Também é constatável que a sua formação académica superior é objetivamente distinta do grau de especialidade em Medicina, sendo este aspeto igualmente acautelado na nossa iniciativa.

Os profissionais de medicina dentária aguardam com expectativa a nossa decisão e os utentes anseiam que sejam dados passos consistentes na possibilidade de mais acesso à saúde oral. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está exatamente a contribuir para que estes desígnios sejam alcançados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Silva, que dispõe de 24 segundos mais os 15 de tolerância.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Eurídice, ficamos muito satisfeitos por ver que, finalmente, ao fim de 10 anos, o Partido Socialista resolveu fazer algo em prol da carreira dos médicos dentistas.

Aplausos do CH.

Gostávamos de saber se, por acaso, vai acompanhar o projeto do Chega e se, eventualmente, podemos, em sede de especialidade, chegar a uma solução conjunta que resolva aquilo que deve ser resolvido, no âmbito dos doentes e dos profissionais de saúde desta especialidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, quero dizer que é uma enorme honra e uma enorme satisfação podermos apresentar esta iniciativa, cuja base de trabalho foi deixada pelo anterior Governo socialista.

Aplausos do PS.

Queria dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que não foram só 10 anos que o Partido Socialista governou Portugal, foram muitos mais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — E sabe porquê? Porque o povo português, nos mais de 50 anos de 25 de Abril, confiou em especial no Partido Socialista para governar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Três bancarrota!

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Não se tratou de um assalto, tratou-se do voto popular, que atribuiu ao Partido Socialista a possibilidade de governar.

Quero-lhe dizer, Sr.^a Deputada, relativamente à questão que colocou, que eu respondi, dizendo-lhe o seguinte: formulámos, como certamente leu, um projeto de lei para que a carreira de medicina dentária seja assegurada no SNS, mas há distinções consideráveis relativamente às especialidades de medicina. A estomatologia é um exemplo concreto de uma especialidade da medicina e tem, na sua formação — e não podemos esquecer a formação quer de medicina, quer de medicina dentária —, uma especificidade de tal ordem, que, para além da formação normal, tem mais quatro anos. Por isso, é uma especialidade.

Certamente, podemos apurar em sede de especialidade, sendo que, quanto à votação, a curiosidade será satisfeita amanhã.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Cumprimento os representantes do Sindicato dos Médicos Dentistas.

Na legislatura passada, este Parlamento reconheceu, com larga maioria, que a saúde oral tem de estar no centro da resposta do Serviço Nacional de Saúde. Aprovámos a Resolução da Assembleia da República n.º 52/2025, de 3 de março, da qual o Livre foi um dos proponentes e que recomendava ao Governo a criação de uma carreira especial de médico dentista no SNS, no prazo de 120 dias. Já passaram 433, mais de um ano, e continuamos sem carreira, sem estabilidade para os profissionais, sem resposta para as pessoas.

Quando não se resolve um problema, ele agrava-se. Portugal continua a ser um dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) onde os cidadãos têm mais dificuldade de acesso a cuidados de saúde oral. Uma parte significativa da população recorre apenas a consultas de urgência e só 6 % tiveram a sua última consulta no SNS.

Não é por falta de médicos dentistas no País. Dos cerca de 13 000 que exercem em Portugal, apenas 150 trabalham no Serviço Nacional de Saúde, e, destes 150, muitos estão em situação de precariedade inadmissível — uma parte contratada como técnicos superiores, numa carreira que não corresponde às suas funções, e outra parte a recibos verdes.

Chegámos ao ponto de gastar, em anos passados, mais em contratos temporários do que aquilo que custaria criar a carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde. Em tempos em que o Governo e tantos partidos falam tanto em gastar melhor e em evitar desperdício, é difícil compreender que se insista num modelo que é mais caro e é menos eficiente.

A isto, crescem também os gabinetes de medicina dentária, investimento significativo do PRR, que permanecem vazios por falta de profissionais integrados no SNS — mais um desperdício de recursos públicos.

Tudo isto contrasta com o discurso do Governo, que, em vários planos de trabalho, no próprio Orçamento do Estado, coloca a saúde oral como uma grande prioridade no eixo preventivo. Na prática, aquilo que vemos é um vazio de medidas estruturais: não há carreira, não há plano consequente de integração dos profissionais e não há uma verdadeira centralidade da saúde oral como prioridade efetiva do SNS.

É precisamente neste ponto que o Livre se recusa a ficar apenas pelas boas intenções. Na legislatura passada, apresentámos um projeto de resolução que recomendava a criação desta carreira. Hoje, damos o passo seguinte: transformámos essa orientação política num projeto de lei que cria efetivamente a carreira especial de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde.

A nossa intenção é simples: trazer médicos dentistas para o SNS, dar-lhes um vínculo estável e garantir que a saúde oral passa a ser uma prioridade efetiva. Por isso, esta iniciativa do Livre é também um teste à coerência deste Parlamento e do Governo. Quem aprovou a resolução no ano passado, quem escreveu nos documentos do Orçamento do Estado que a saúde oral é uma prioridade, tem hoje a oportunidade de mostrar que essas palavras se traduzem em medidas e em cuidados que chegam, de facto, às pessoas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento os médicos dentistas que estão aqui a acompanhar este debate.

A verdade é que a saúde oral no nosso País está numa situação extremamente grave, quer pela insuficiência da resposta por via do Serviço Nacional de Saúde, quer pela carência de cuidados da população.

Os dados que vão sendo divulgados dizem exatamente isso. Segundo o Barómetro da Saúde Oral 2025, da Ordem dos Médicos Dentistas, 28,5 % da população nunca foi, ou apenas vai em caso de emergência, a uma consulta com o médico dentista e, entre os menores de 6 anos, 50 % nunca foram a uma consulta.

Outros dados de 2025, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística, dizem-nos que o principal motivo para que as pessoas com necessidades a nível dos cuidados de saúde oral não tenham acesso a esses cuidados é devido a dificuldades económicas.

Isto revela bem a situação em que vivemos, a carência, a dificuldade no acesso e na resposta que devia ser assegurada pelo Serviço Nacional de Saúde e não é.

Bem sabemos que, nestes últimos anos, houve, a nível dos cuidados de saúde primários, abertura de alguns gabinetes de medicina dentária, ou o seu equipamento, por assim dizer. Foram equipados vários gabinetes de medicina dentária, mas muitos continuam fechados, exatamente pela falta de profissionais de saúde. Mesmo que estivessem a funcionar, não permitiriam uma cobertura para todo o território nacional.

Não é porque haja falta de profissionais nesta área. Existem profissionais no nosso País, na área da saúde oral, bastante qualificados. Muitos acabam por emigrar porque não são garantidas respostas no nosso País. Bem sabemos também que, dos médicos dentistas que estão no Serviço Nacional de Saúde, muitos estão com prestação de serviços ou estão em carreiras, nomeadamente, de técnico superior, generalistas, que não têm em conta a especificidade das suas funções e o desenvolvimento da sua atividade profissional.

Tudo isto leva a que, de facto, não haja a resposta a que os cidadãos e todos os utentes no nosso País têm direito. E todos bem sabemos como a saúde oral é fundamental para assegurar o bem-estar e a saúde por parte dos cidadãos.

Portanto, a valorização dos profissionais, nesta área em particular, e a criação da carreira especial de médico dentista são cruciais para assegurarmos efetivamente uma resposta adequada para os cidadãos e para os utentes, porque, se não tivermos essa valorização dos profissionais, não é possível, como está à vista, ter os gabinetes a funcionar.

É preciso um investimento, eu diria, a dois níveis: por um lado, desde logo, na valorização dos profissionais, nomeadamente com a criação da carreira e com a garantia de condições de trabalho, remunerações, progressões, ou seja, uma perspetiva de desenvolvimento profissional que garanta a estes profissionais, efetivamente, uma perspetiva de carreira a nível do Serviço Nacional de Saúde; por outro lado, é preciso também que haja os investimentos a nível dos cuidados de saúde primários, em particular para assegurar na íntegra uma cobertura em todo o território, para que todos, independentemente das suas condições económicas e sociais, tenham acesso à saúde oral. Não podemos permitir que, no nosso País, só tenha acesso quem tem condições económicas. Isso é logo um elemento de discriminação que contraria a nossa Constituição.

Há aqui um aspeto que queria referir: consideramos que a carreira é matéria de negociação coletiva com as organizações representativas dos trabalhadores. Respeitamos isso e essa deve ser a sede primordial para a discussão da carreira.

Agora, não haja dúvida nenhuma de que é fundamental que seja criada esta carreira, desde logo, para valorizar os profissionais, para permitir que haja mais profissionais no Serviço Nacional de Saúde e para garantir a todos os utentes o acesso à saúde oral.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final de 2024, discutimos aqui este tema e, na realidade, nada mudou, portanto, vou, basicamente, repetir a intervenção que fiz nessa altura.

Para enquadrar este debate, começo por dizer que vale a pena voltar, mais uma vez, a setembro de 2016. Nessa altura, Fernando Araújo, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde do Governo do Partido Socialista, anunciava de forma ambiciosa o alargamento dos cuidados de saúde oral no SNS, a integração de médicos dentistas no SNS e também a criação de uma carreira no ano a seguir, em 2017. Pois, nada disso aconteceu.

Entretanto, a saúde oral foi assumida como uma prioridade pelo atual Governo. Nos programas eleitorais, nos programas do Governo, foi apresentado o novo Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, e a pergunta mantém-se: o que é que mudou, na prática? A resposta é: nada!

Assim sendo, estamos em 2026 e continuamos a discutir exatamente o mesmo que discutimos desde 2016, portanto, há 10 anos.

Protestos das Deputadas do PS Eurídice Pereira e Susana Correia.

Isto devia preocupar-nos, porque, entretanto, existiu muito investimento, foram criados gabinetes de saúde oral, mas continuamos a ter falta de profissionais. Portanto, temos, na grande maioria dos casos, recursos que foram alocados, mas equipamentos que estão subaproveitados, e, depois, temos notícias que dizem «verbas do PRR desperdiçadas» ou «mais de 30 consultórios dentários parados no SNS».

Ou seja, o problema não é apenas a ausência da carreira, é a incapacidade permanente dos vários Governos de conseguir planejar, gerir e executar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal reconhece a importância do acesso a cuidados de saúde oral no SNS, ainda que isso não signifique que tenha de ser o SNS a prestar esses cuidados, porque, para nós, obviamente, deve optar-se pela solução que for mais eficiente. Porém, concordamos que os médicos dentistas que hoje trabalham no SNS devem ter uma carreira digna e adequada à sua qualificação. Não faz sentido estarem enquadrados em carreiras genéricas e não faz sentido continuar a adiar esta decisão.

Também é preciso dizer que criar uma carreira por si só não resolve o problema, porque o desafio é sempre o mesmo: garantir que o sistema consiga atrair profissionais, que tenha capacidade para reter esses mesmos profissionais e que consiga utilizar bem os recursos que já tem.

E depois há outro ponto importante: a definição de carreiras na Administração Pública é uma competência do Governo e deve resultar de negociação com as estruturas representativas do setor, não deve ser feita por iniciativa da Assembleia da República.

É por isso que olhamos para este tipo de iniciativas com reservas. Por um lado, reconhecemos que há um problema real, que precisa de ser resolvido. Por outro, não acompanhamos a forma como algumas das propostas foram construídas. Em particular, não acompanhamos a ideia do Chega de misturar a carreira dos médicos dentistas na carreira médica, ignorando as especificidades próprias da profissão e criando mais problemas do que soluções.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Vocês votam contra tudo!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós não precisamos de mais anúncios, precisamos, sim, de um sistema que funcione, que valorize os profissionais e que transforme os investimentos feitos em acesso real a cuidados de saúde.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alberto Machado, do PSD.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A medicina dentária em Portugal tem como marco fundador o dia 6 de junho de 1975, através do Decreto-Lei n.º 282/75, de 6 de junho.

Surgiu uma nova profissão, oriunda da medicina, com ligação umbilical às disciplinas-base idênticas, que dão aos médicos dentistas competências técnico-científicas na área médica, condição que lhes permite serem os únicos profissionais, para além dos médicos, a poderem receitar medicamentos, prescrever e executar meios auxiliares de diagnóstico e emitir atestados médicos relacionados com a sua atividade profissional.

Como o SNS manteve, durante décadas, uma resposta muito reduzida em saúde oral, a implantação da medicina dentária fez-se sobretudo em regime liberal, através de clínicas e consultórios privados por todo o território — um investimento em infraestruturas, em equipamentos e em recursos humanos, realizado por estes profissionais, para colmatar a lacuna do Estado na prestação de cuidados de saúde oral. Consolidou-se uma rede capilar de cuidados por todo o território, assente em prestadores privados, que passou a assegurar o acesso da população a cuidados médico-dentários.

Em 2008, o Estado criou o *voucher* cheque-dentista, para prevenção e tratamento de patologias dentárias em crianças e jovens, depois alargado a outros grupos populacionais, como diabéticos, grávidas ou idosos carenciados.

Dados apontam para que estejam a exercer, em Portugal, cerca de 13 mil médicos dentistas, dos quais cerca de metade aderiu ao programa de contratualização, prestando cuidados de saúde oral a mais de 5 milhões de pessoas.

Contrariando a tendência de continuar a aprofundar e a melhorar o programa cheque-dentista — por exemplo, reduzindo a sua burocracia, melhorando o rácio de tratamentos por cheque ou alargando os grupos-alvo a mais pessoas e a mais portugueses —, o Governo do Partido Socialista decidiu começar a internalizar e, depois, a usar o PRR para gabinetes de medicina dentária. Foi uma decisão tomada à pressa, que conduziu à circunstância de, ao dia de hoje, existirem gabinetes de saúde oral instalados pelo PRR em salas que não cumprem com a legislação em vigor, por exemplo, em matéria de acessibilidade e de protocolos de esterilização. Foi tudo feito de forma atabalhoada, só com a urgência de gastar o PRR em equipamento, e sem pensar em dar aos médicos dentistas o devido enquadramento nem outros recursos humanos necessários.

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

Não pensaram nos custos de funcionamento corrente nem sequer fizeram um estudo demonstrativo das diferenças de custo e efetividade entre o programa de *vouchers* e a prestação internalizada.

Esta circunstância faz com que existam hoje cerca de 150 gabinetes montados, uma realidade a que temos de dar resposta. É preciso respeitar e valorizar aqueles que já hoje trabalham no SNS, dando-lhes o devido enquadramento de carreira e remuneração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos projetos que temos em apreciação, estamos perante dois caminhos distintos para a implementação da carreira de medicina dentária no SNS. A maioria dos projetos de lei segue um modelo de criação de uma carreira própria; já o projeto de lei do partido proponente não propõe uma carreira autónoma, sendo o seu caminho o da alteração dos Decretos-Leis n.ºs 176/2009 e 177/2009.

O PSD defendeu, no seu Programa eleitoral, um novo programa nacional de saúde oral, com recurso às unidades sociais e privadas de medicina dentária e, por isso, uma versão 2.0, renovada, do programa cheque-dentista, com menos burocracia, mais justiça contratual e mais grupos populacionais abrangidos, sobretudo os mais carenciados. É uma proposta que a Portaria n.º 123/2026/1, publicada a 20 de março, vem cumprir, melhorando o cheque de saúde oral e criando o novo cheque-prótese.

Não podemos, no entanto, ficar indiferentes à necessidade de resolver os problemas e as pendências deixadas pelo Partido Socialista. Aliás, nesta e noutras áreas da governação, é o que estamos a fazer: dar resposta ao caos em que o Partido Socialista deixou o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Há 2 anos que não fazem nada!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Por isso, acompanharemos a criação da carreira, num modelo que melhor se ajusta aos nossos princípios estratégicos para a Administração Pública.

Sr. Presidente, caso a carreira venha a ser aprovada nesta Assembleia, ela terá, ao dia de hoje, cerca de 1 % dos profissionais de medicina dentária no ativo em Portugal, que saúdo pela sua dedicação à causa pública.

Contudo, também gostaria de dirigir uma palavra aos outros 99 %, médicos dentistas, meus colegas de profissão.

Os médicos dentistas foram, durante décadas, quem assegurou a grande maioria dos cuidados de saúde oral em Portugal, porque o SNS nunca priorizou a saúde oral de forma plena e justa. Com investimento próprio, risco profissional e enorme sentido de dever, construíram uma rede de resposta que chegou a todo o País e garantiu cuidados a milhões de portugueses. Mesmo nos momentos mais difíceis, nunca faltaram. Durante a pandemia, estiveram também na linha da frente, disponíveis e comprometidos com a proteção da saúde pública. Estão expostos à máquina burocrática do Estado, que os esmaga com o cumprimento de normas e regras que não deviam ser aplicáveis às unidades de pequena dimensão, das quais são diretores clínicos.

Por isso, é de inteira justiça reconhecer o seu mérito, a sua resiliência e o papel insubstituível que desempenham ao serviço do País. Obrigado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Continuaremos a trabalhar convosco, para reforçar a contratualização e a valorização da medicina dentária, a bem da saúde oral dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Correia, que dispõe de 1 minuto e 6 segundos. Depois, para responder, o Sr. Deputado tem 2 segundos, mais o tempo extra de 15 segundos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Machado, no pouco tempo que me resta, a pergunta do Partido Socialista é muito simples: o PSD está ou não disponível para acompanhar a criação especial da carreira de médico dentista no SNS?

Não sei o que é que significa estar a par com a Administração Pública e se isso é a carreira de técnico superior de saúde. Portanto, o que eu lhe pergunto é se o PSD está ou não — portanto, para uma pergunta simples, uma resposta simples, de sim ou não — disponível para acompanhar uma iniciativa justa, responsável, para valorizar os profissionais de saúde no SNS.

Os senhores querem empurrar a saúde oral para dentro do SNS ou para fora do SNS? Como é que falam de um programa nacional de saúde oral sem valorizar os profissionais de saúde da medicina dentária?

A pergunta é clara, Sr. Deputado: vão ou não acompanhar a criação da carreira de medicina dentária no SNS?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Machado.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a resposta também é simples, para uma pergunta simples: a Administração Pública é o SNS, é a carreira dentro do SNS e, portanto, é a carreira dos médicos dentistas. Nós iremos votar favoravelmente, como eu transmiti ali em cima, da tribuna, a criação da carreira de médico dentista no SNS.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A saúde oral é provavelmente a maior falha do Serviço Nacional de Saúde em Portugal.

É pouco compreensível, aliás, que, em mais de 40 anos de Serviço Nacional de Saúde, pura e simplesmente não exista uma resposta universal e estável, em matéria de saúde oral, para todos os cidadãos.

Isso ainda é mais difícil de explicar, quando todos os dados que temos, relativos a esta matéria, apontariam para o contrário. Nós temos médicos dentistas. Aliás, Portugal é o 2.º país da União Europeia que mais médicos dentistas forma e, portanto, temos a capacidade e as qualificações para que os portugueses tenham uma resposta por parte de quem efetivamente tem essa qualificação.

Depois, temos dados que são absolutamente vergonhosos, relativamente à nossa realidade, e que já aqui foram ditos: Portugal é o 3.º país da OCDE em que os cidadãos têm maior dificuldade de aceder a cuidados de saúde. Repito: o 3.º pior da OCDE! Isso, depois, também tem consequências.

Já foi dito também, e é um dado ainda mais escandaloso, que cerca de 6 % da população portuguesa não tem dente nenhum. Isto é uma coisa que eu penso que a maior parte das pessoas ignora, mas que é, de facto, escandalosa. Nós temos 6 % dos portugueses que não têm dente nenhum!

Para além disso, mais de metade dos portugueses não tem a dentição completa, ou seja, mais de metade da população não tem os dentes todos e 6 % não tem dente nenhum. E isto é consequência, de facto, de um Serviço Nacional de Saúde que nunca conseguiu integrar a valência da saúde oral de uma forma satisfatória e que foi tendo projetos, como já aqui foi dito — o cheque-dentista é provavelmente o mais recente e mais eficaz. É importante, certamente, mas também é preciso perceber, por exemplo, porque é que uma percentagem muito grande dos cheques-dentistas que são atribuídos nunca são efetivamente gastos, pois isso tem uma consequência na saúde oral das pessoas. Efetivamente, o Estado não se pode dar por satisfeito por ter atribuído o cheque, se as pessoas depois não o utilizam e, do ponto de vista da saúde oral, continuam exatamente como estavam, antes de o cheque-dentista lhes ter sido atribuído.

É por isso que nós temos de ser consequentes. No ano passado, já fizemos este debate, este debate não é um debate novo. As iniciativas que hoje aqui discutimos são iniciativas semelhantes àquelas que discutimos há um ano.

Portanto, do ponto de vista do CDS-PP, a integração da carreira de médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde é fundamental, deve acontecer, será certamente aqui aprovada, como consequência destas iniciativas, e, a par desta integração, é fundamental desenvolver uma política integrada de cuidados de saúde oral, para que não seja uma mera questão administrativa, mas seja, efetivamente, uma questão de política pública a favor da saúde dos portugueses, neste caso, da saúde oral dos portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia Estêvão, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados.

Este debate permitiu-nos reconhecer uma realidade que é inegável: a saúde oral continua a falhar e normalmente falha àqueles que maior necessidade têm ou, sobretudo, aos que têm menos capacidade de rendimento.

Portugal, tal como já aqui foi referido, no contexto da OCDE, é, em termos de peso de necessidades de saúde oral, dos países com maiores dificuldades em satisfazer as necessidades da população. Quando a prevenção que não é realizada, paga-se mais caro, e paga-se em doença, em sofrimento, em episódios agudos e em pressão para o Serviço Nacional de Saúde, que é exatamente aquilo que nós não queremos.

Aplausos do CH.

Portanto, esta questão que estamos hoje aqui a abordar não é uma questão meramente profissional, é uma questão de interesse público, é uma questão de justiça no acesso aos cuidados e é também uma questão de

dar ao Serviço Nacional de Saúde condições para fixar profissionais, valorizando os médicos dentistas e correspondendo às suas legítimas expectativas de desenvolvimento profissional.

A proposta que o Chega trouxe é exequível, prudente e juridicamente séria, ao contrário do que referiu a Iniciativa Liberal, que confunde extinção com separação. Uma coisa é distinguir a especificidade da medicina dentária, e outra, bem diferente, é defender que essa especificidade só se protege fragmentando. Portanto, o que o Chega fez é proteger, sem criar mais uma carreira autónoma, mais uma exceção jurídica. O Chega não confunde diferença com separação. Reconhece a separação e enquadra-a com seriedade.

Contudo, hoje, o que está aqui em causa é juntarmo-nos todos, neste Parlamento, e aprovarmos estes diplomas, que mais não fazem do que responder às legítimas necessidades dos cidadãos e às legítimas necessidades dos profissionais de saúde, neste momento já integrados no SNS, mas que não têm a carreira que há tanto ambicionam.

Por isso, apelo a este Parlamento, usando as palavras do Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos passar para o quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 334/XVII/1.^a (PS) — Cria o suplemento de agente único de transportes coletivos e 540/XVII/1.^a (PAN) — Proceda à criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, assim como na apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 126/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição da carreira de agente único de transportes coletivos, 515/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de agente único de transportes coletivos, com estatuto próprio e valorização remuneratória adequada, 789/XVII/1.^a (PAN) — Pela criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos e 809/XVII/1.^a (L) — Recomenda a valorização dos trabalhadores que exercem funções de agente único de transportes coletivos.

Para apresentar o Projeto de Lei n.º 334/XVII/1.^a (PS), tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Isabel Cruz, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Trazemos hoje a debate uma proposta que responde a uma realidade há muito identificada no sector dos transportes públicos e que exige uma resposta clara da parte do legislador. Falamos dos agentes únicos de transportes coletivos, e aproveito para saudar os trabalhadores dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra e os sindicatos dos sectores, que se encontram hoje nas galerias. Muito obrigada pela vossa presença.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Gostaria de dizer que a vossa presença dá muito mais sentido a este debate e que sublinha a importância de darmos uma resposta concreta às funções que desempenham.

Estes trabalhadores não são apenas motoristas, são, ao mesmo tempo, condutores, operadores de bilhética, gestores de caixa e mediadores de conflitos. Exercem funções exigentes, num ambiente por vezes tenso, garantindo a segurança operacional e a continuidade de um serviço público essencial.

No entanto, essa complexidade não está hoje devidamente reconhecida. Com as alterações introduzidas no quadro legal vigente, estes profissionais foram integrados na carreira de assistentes operacionais, sem que fosse assegurada uma valorização correspondente às suas responsabilidades acrescidas.

Aquilo que este projeto de lei faz é simples, mas profundamente justo: reconhece essa especificidade e cria um suplemento remuneratório de 25 %, atribuído enquanto o trabalhador exerce, efetivamente, estas funções e mantém a certificação exigida. Não se trata de um privilégio; trata-se, sim, de cumprir um princípio básico: a um trabalhador com maior responsabilidade deve corresponder uma retribuição adequada.

Há também uma dimensão prática que não podemos ignorar. Nos últimos anos, têm sido frequentes as notícias sobre a falta de motoristas e a dificuldade de recrutamento nos transportes públicos e a crescente pressão sobre os serviços essenciais, como os transportes urbanos.

Valorizar estes profissionais não é só apenas uma questão de justiça laboral, é também uma questão de qualidade do serviço público. Este projeto contribui, por isso, para reforçar a atratividade da carreira, combater a escassez de trabalhadores e garantir melhores condições de prestação de um serviço essencial.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, perante este problema, há vários caminhos possíveis. Há o caminho de adiar, o caminho de recomendar ou o de remeter para processos longos e incertos. O Partido Socialista escolheu outro caminho. Escolheu o caminho de apresentar uma solução concreta, imediata e executável, uma solução que não fique dependente nem de negociações nem de se arrastar no tempo e que não se limite somente a intenções, tendo um impacto direto na vida destes trabalhadores. Isso vai fazer toda a diferença.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, valorizar quem assegura, diariamente, a mobilidade das nossas cidades é valorizar o próprio funcionamento do País. Não basta, hoje, reconhecê-lo em palavras. É tempo de reconhecê-lo em atos. O Partido Socialista escolheu agir, com uma solução concreta e executável, e esperamos que esta Assembleia acompanhe essa escolha.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Presumindo que responderá em conjunto. Tem a palavra, para o primeiro, o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por lembrar a todos os que estão aqui presentes e também aos que estão presentes nas galerias que foi este Governo que, em apenas dois anos, celebrou 37 acordos, que abrangem 27 carreiras e mais de 350 000 trabalhadores, que viram as suas carreiras valorizadas.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Uma fartura!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Foi este Governo que celebrou um acordo plurianual, até 2029, que inclui, entre outros processos, o processo e a negociação coletiva sobre esta matéria.

Por isso, não vamos, como nunca fizemos, também aqui deixar ninguém para trás, mas não somos populistas e não vamos aderir nunca a esse populismo. E queria lembrar à Sr.^a Deputada e ao Partido Socialista que, em 2008, foi o PS que procedeu à extinção desta carreira.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Bem lembrado!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Milhares de carreiras foram extintas, nesse momento, e esta foi uma das que foram extintas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Com o apoio do PSD!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Gostaria de também lembrar a Sr.^a Deputada e o Partido Socialista que, em 2020, esta matéria também foi aqui discutida...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — ... e que, à época, o Partido Socialista dizia: «As especificidades alegadas para justificar a criação da carreira já foram tidas em conta, aquando do processo de revisão da carreira de 2008.»

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr.^a Deputada, nós percebemos que o projeto de lei que o Partido Socialista aqui traz não vai no sentido de criar uma nova carreira ou de repor a carreira que vocês extinguiram. Contudo, percebendo isto, não conseguimos perceber o que mudou face a 2008 e a 2020. Quais foram essas especificidades na carreira que mudaram, para, só agora, estarem a propor este suplemento de 25 %?

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sobre isto, queria ainda dizer que é difícil perceber, até, sabendo que esta carreira está agora incluída na carreira dos assistentes operacionais,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — ... quantas pessoas vão ser envolvidas e quanto é que isso vai custar aos contribuintes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o partido Chega reconhece, de forma clara, que existe uma injustiça real e antiga relativamente aos agentes únicos de transportes coletivos.

Estes trabalhadores acumulam condução, venda de bilhetes, segurança, gestão de conflitos e certificações periódicas exigentes, sem que essa complexidade funcional esteja minimamente refletida na remuneração ou na sua carreira.

O partido Chega não pode aceitar a forma como o PS resolve este assunto. O Projeto de Lei n.º 334/XVII/1.^a (PS) não passa de uma medida avulsa e politicamente oportuna. Deviam assumir a vossa culpa, publicamente, e pedir desculpas a estes homens e mulheres, porque são vocês os responsáveis pela destruição da carreira especial e pela integração forçada na carreira genérica de assistente operacional.

Aplausos do CH.

Agora, o PS propõe apenas um suplemento de 25 % sobre a remuneração-base — uma percentagem excecional, sem estudos de impacto financeiro consistentes e ancorada em remissões para a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aprovada pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP, norma já revogada, quando o regime vigente dos suplementos está claramente no artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. É uma proposta tecnicamente frágil, juridicamente pouco robusta e que não responde à falta de progressão, à penosidade dos turnos, nem aos cursos de certificações.

O PS tarda e é curto. Em 2020, quando era Governo, votou contra a criação da carreira de agente único. Hoje, reaparece como salvador da pátria, como um penso rápido que não resolve o essencial.

O projeto do Chega propõe a criação de uma carreira especial de agente único de transportes coletivos, esta sim, uma solução estrutural.

Por isso, Sr.^a Deputada Rosa Cruz, porque escolheu o Partido Socialista, mais uma vez, o atalho legislativo de um suplemento avulso, tecnicamente imperfeito e ancorado em normas já revogadas, em vez de assumir a

sua responsabilidade e repor uma carreira especial, que rejeitou, quando tinha o poder de a criar? Esta, sim, é a solução...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Rosa Isabel Cruz, tem a palavra, para responder. Dispõe de 2 minutos e 52 segundos.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, precisarei de menos tempo do que isso e agradeço aos Srs. Deputados as suas perguntas.

O Partido Socialista não foge de responsabilidade nenhuma. O Partido Socialista esteve no Governo em 2022, valorizou estas carreiras de assistentes operacionais, depois de ter feito a revisão da Administração, em 2008, valorizando-as na parte remuneratória.

Protestos do Deputado do CH Paulo Seco.

Neste momento, o que podemos fazer, e no imediato, para resolver o problema dos trabalhadores que esperam há muito tempo, é esta solução que lhes trazemos, é este projeto de lei, que visa resolver uma dimensão — a valorização remuneratória —, mas não fecha a porta a mais nenhuma solução. Aliás, abre portas a mais soluções e estamos disponíveis para essas soluções, se assim quiserem fazer. Porém, neste momento, para poder resolver, no imediato, algo de que os nossos trabalhadores precisam e que é necessário para as suas carreiras,...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Em 2008, não precisavam!

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — ... é este projeto de lei que o PS traz, e trá-lo com a consciência de que há duas coisas na política a fazer: ou ficamos agarrados ao passado e não mexemos em mais nada ou, então, somos proativos e fazemos alguma coisa e o País avança, e nós avançamos também, com as necessidades que ele nos apresenta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tarde vem o Partido Socialista à liça, na defesa e valorização dos trabalhadores da administração local que conduzem veículos pesados de transporte coletivo de passageiros e têm a função de agente único.

Vem o PS, com o apoio do PSD e do CDS, tarde e de forma incompleta e enviesada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabeleceu os regimes de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores em funções públicas, produzir um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

Aconteceu com a criação das três carreiras generalistas — técnico superior, assistente técnico e assistente operacional —, nas quais colocou um conjunto significativo de profissões e funções indistinguíveis em termos funcionais, de especialização e remuneratórios, desde logo com a supressão de carreiras próprias. Com isso, PS, PSD e CDS-PP prejudicaram milhares e milhares de trabalhadores e levaram à degradação da qualidade dos serviços às populações. Foi uma opção errada, que o PCP sempre denunciou, ao mesmo tempo que apresentou sucessivas propostas de correção, todas olímpicamente rejeitadas, nomeadamente pelo PS, mas também com a abstenção do PSD.

Ora, o mesmo PS que acabou com as carreiras e com o reconhecimento específico da profissão de motorista, entre muitas outras, acena com a atribuição de um complemento remuneratório, a título das exigências especificamente colocadas à função de agente único.

Vem tarde e de forma muito limitada, longe de corresponder às justas reivindicações dos cerca de 400 chamados «assistentes operacionais», mas que exercem funções de agente único, que há muito deveriam voltar a ver reconhecidas como tal, em termos de carreira e da respetiva estrutura remuneratória.

Esses profissionais foram integrados, em 2009, numa carreira de assistente operacional, que previa um salário de entrada igual ao salário mínimo nacional, quando, anteriormente, superava este valor em 63 %, o que evidencia uma grosseira desvalorização e um propósito exclusivamente economicista. Tampouco houve o cuidado de definir um conteúdo funcional da profissão de agente único que permitisse um reconhecimento laboral e social.

Estes elementos, Srs. Deputados, são indissociáveis das enormes dificuldades na contratação de profissionais — aliás, com qualificações muito exigentes — e da saída de muitos deles para outras entidades. Urge arrear caminho. Restituir as carreiras a estes trabalhadores e a milhares de muitos outros trabalhadores noutras profissões e funções, e corrigir o percurso de sucessivos Governos.

Com esta iniciativa, o PCP propõe que o Governo tome as diligências necessárias para a reposição da carreira de agente único, através de negociações com as organizações representativas dos trabalhadores. Por outro lado, deve ser aberto, pela mesma via negocial, um amplo processo de revisão da generalidade das carreiras da Administração Pública, com o objetivo de recuperar os direitos suprimidos pela malfadada Lei n.º 12-A/2008.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero cumprimentar a Comissão de Trabalhadores dos Serviços Municipais de Transportes Urbanos de Coimbra presentes nas galerias, distrito por que tenho a honra de ser eleito e de defender nesta Casa.

O PS traz a debate uma proposta que parte de um diagnóstico correto. Mas será certa a solução? É verdade, o modelo de agente único nos transportes públicos implica uma enorme exigência. Estes trabalhadores acumulam as funções de condução, bilhética, contato com o público, gestão de conflitos e, muitas vezes, segurança, em horários difíceis e com elevado desgaste físico e psicológico.

Essa realidade não é teoria. Foi confirmada pelos próprios trabalhadores e estruturas representativas, que alertam para falta de pessoal, o absentismo, o envelhecimento da carreira e a dificuldade crescente em recrutar.

Perante este problema estrutural, o PS responde com um remendo: um suplemento de 25 %. Pode parecer uma boa medida, mas não resolve o essencial. Não cria uma carreira própria, não garante progressão, não responde ao desgaste da sua função, não corrige a discrepância entre a carreira existente e o trabalho realmente exercido, ou seja, tenta tapar o problema sem o resolver. Não, Srs. Deputados, não é esta a resposta que resolve os problemas das carreiras destes profissionais.

Depois, há uma questão de rigor que não deve ser ignorada. A proposta do PS opta por um suplemento em percentagem, quando a lei prevê que estes suplementos devem, por regra, ser fixados em valores concretos, sem qualquer justificação técnica sólida. Mais, continua a remeter para legislação que já não está em vigor, o que revela bem o nível desta iniciativa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, é aqui que o Chega se pauta pela diferença. O nosso projeto não se limita a pedir um suplemento. Propõe a criação de uma carreira especial de agente único de transportes coletivos, com estatuto próprio, valorização remuneratória adequada, critérios de acesso específicos, majorações por trabalho por turnos e noturno, reconhecimento da antiguidade e comparticipação nos cursos das certificações legalmente exigidas. Mais do que isso, a nossa iniciativa afirma que, estando em causa os trabalhadores da administração local, o impacto direto sobre o Orçamento do Estado é nulo, dependendo antes da vontade e da capacidade orçamental das autarquias que optem por o adotar.

Esta é uma diferença política central, porque o PS oferece um suplemento, quando o Chega oferece uma solução estrutural de carreira.

O País não precisa de medidas apressadas para efeitos políticos, precisa de soluções sérias, estruturais e duradouras.

Se queremos valorizar verdadeiramente estes trabalhadores, então temos de ter coragem de fazer o que o PS não fez: criar uma carreira específica, garantir progressão profissional e assegurar condições de remuneração ajustadas à exigência da função. Sr.^{as} e Srs. Deputados, tudo o resto são paliativos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento também os representantes da Comissão de Trabalhadores aqui presentes.

Começo por agradecer ao PS o agendamento deste tema importante, mas sem deixar de lembrar que o pecado original esteve efetivamente em 2008, quando se acabou com carreiras especiais e, com isso, se terraplanou as diferenças que justificavam a existência dessas carreiras especiais.

Para estas pessoas, para estes trabalhadores, para estes agentes únicos — incluindo os que aqui estão hoje —, isso representou quase mais de 15 anos de retrocessos a vários níveis, desde logo ao nível salarial. Isto porque estamos a falar de pessoas com muitas funções, com funções bastante diferentes, mas complementares, com uma necessidade até de atualização permanente dessa formação, que muitas vezes sai dos seus próprios bolsos, e é isso que tem de mudar.

A proposta que o Livre traz a este debate abrange vários aspetos. Desde logo, propõe que haja um avanço sério e franco na discussão sobre como é que podemos então recompensar estes trabalhadores justamente. E nisto, sejamos francos, as autarquias têm de ser envolvidas, porque se esta proposta, tal como o Livre a entende, se concretizar, vai haver mais custos para as autarquias. Portanto, achamos que este debate deve incluir as próprias autarquias.

Mais do que isso, o que é absolutamente fundamental é dar justiça a estas centenas de trabalhadores. Defendemos que todas formações que tenham de realizar no âmbito profissional devem sejam pagas pela sua entidade empregadora. Não faz sentido absolutamente nenhum obrigar estas pessoas a ter uma formação inicial e depois formações complementares ao longo da sua carreira e que tenham, em alguns casos, de as pagar do seu próprio bolso. Isto não é aceitável.

Depois há a questão de fundo, que se prende com as condições destes trabalhadores quando tinham uma carreira especial. É isso que nós queremos. Queremos que os seus salários, que as suas condições de emprego possam ser exatamente as mesmas que tinham quando essa carreira especial existia.

Não faz sentido terraplanar diferenças. Não faz sentido dizer que trabalhadores com âmbitos profissionais muito diferentes, muitas vezes com áreas de especialização únicas, podem ser todos tratados da mesma maneira no País, independentemente da sua área profissional.

Portanto, o que queremos para os agentes únicos é claro no nosso projeto, e é isso que trazemos hoje aqui à discussão. Queremos que, no fundo, se faça justiça, uma justiça que está em falta desde o ano de 2008.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Afonso, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, depois de ouvirmos as várias propostas, a conclusão é clara: todos concordamos que estes profissionais merecem mais. Mas, em política, reconhecer não basta. A diferença faz-se na eficácia da resposta. E é aqui que o Partido Socialista se distingue.

Ouvimos hoje falar de novas carreiras. É um debate legítimo. Mas todos sabemos que é um caminho lento, burocrático e até incerto. Ouvimos também recomendações ao Governo; boas intenções, mas que não garantem resultados imediatos.

O Partido Socialista prefere uma solução concreta. Falamos de homens e de mulheres que, de Coimbra ao Barreiro, de Portalegre a Viana do Castelo, asseguram todos os dias a mobilidade das nossas populações.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Com este projeto, tornamos a carreira mais atrativa, sobretudo nos territórios onde a mobilidade é o fator essencial de coesão territorial.

Estes profissionais já estão no terreno e já assumem responsabilidades acrescidas. Não podem continuar à espera de processos que ninguém sabe quando vão terminar. Não nos faz falta mais discussões. Precisamos, sim, de fazer o reconhecimento efetivo, no recibo de vencimento destes profissionais.

O nosso projeto é claro, é seguro e é de aplicação imediata. Não fecha portas a debates futuros sobre as carreiras, mas tem uma resposta imediata. Entre o perfeito que nunca chega e o concreto que transforma as vidas destes trabalhadores, o Partido Socialista fez uma escolha clara: a escolha da responsabilidade, da eficácia e do respeito por quem trabalha.

É isso que aqui trazemos e é por isso que pedimos a viabilização deste nosso projeto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje debatemos uma proposta do Partido Socialista para criar um suplemento para a atividade de agentes únicos de transportes coletivos.

Mais uma vez, o PS não deixa de nos surpreender. Quando achamos que a hipocrisia política já atingiu o nível mais elevado, o PS arranja sempre forma de ir mais longe na hipocrisia política.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não seja como sempre!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, o PS está a propor a criação de um suplemento para uma carreira específica que já não existe. E porquê? Porque, como já foi referido, em 2008, o Governo do PS de José Sócrates acabou com esta carreira específica. Ou seja, com o descaramento que lhe é habitual, o PS quer atribuir um suplemento a uma carreira que o próprio PS extinguiu.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Com os votos do CDS-PP!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem, não deve haver melhor exemplo de hipocrisia política do que este.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Por falar em hipocrisia, com os votos do CDS-PP!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Recordo mesmo que o Ministro Teixeira dos Santos — para quem já não se lembra deste ministro, foi o Ministro das Finanças de José Sócrates que pediu o apoio externo depois de ter levado o País à bancarrota —, durante a discussão de 2008, justificou precisamente o fim desta carreira específica, e eu vou citar, «para pôr fim à opacidade na atribuição de suplementos nestas mesmas carreiras». Ou seja, o que para o PS de 2008 era sinal de opacidade, para o PS de 2026 é retribuição justa, que é, penso, aquilo a que se referem na vossa proposta.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Essa coisa de pagar aos trabalhadores, não é preciso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Entendam-se, Srs. Deputados. Não vos ficava nada mal repudiar a herança dos Governos do PS por completo. Infelizmente, ainda não tiveram a coragem pública de o fazer. O que não podem é procurar criar um suplemento para uma carreira que os senhores extinguiram há 18 anos; mais ainda quando durante oito anos tiveram a oportunidade de repor essa carreira e não o fizeram; e, pior do que isso, votaram contra essa reposição em 2020.

Protestos do PS.

O PS julga que os portugueses não têm memória coletiva, mas engana-se. E o PS tarda em assumir as suas responsabilidades em termos de governação passada.

Protestos da Deputada do PS Margarida Afonso.

A criação de suplementos não pode ser impulsiva e muito menos abranger apenas carreiras específicas que já foram extintas. Mais, tem de garantir equidade e tem de garantir justiça relativamente a todas as carreiras da Administração Pública.

Por isso, não contarão com o voto do CDS para este exercício de hipocrisia política que ofende a memória dos portugueses.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Já não contávamos!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Somos hoje convocados para discutir um eventual suplemento para os trabalhadores que são agentes únicos de transportes públicos de passageiros.

Primeiro, importa clarificar algo. Esta proposta, sendo aplicada, vai abranger um universo muito específico de trabalhadores, nomeadamente aqueles que trabalham para as autarquias e que, portanto, se encontram abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sendo que esta Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas é um regime que está ultrapassado pela realidade para o setor que está em causa. Isto porque várias autarquias já organizaram os serviços de transporte público de forma a conseguir contratar e funcionar de forma mais flexível, o que acaba por valorizar os trabalhadores na medida do necessário para garantir a sua contratação e depois o seu desenvolvimento profissional.

Sejamos claros. Sim, temos de valorizar estes trabalhadores. Mas essencialmente, neste ponto, importa avançar e visitar o modelo de prestação deste serviço. Caso contrário, ao atribuir este complemento ou ao retroceder em matérias de carreiras, não estamos a resolver os reais problemas dos motoristas de transportes públicos. Não estamos a resolver a insegurança, não estamos a resolver a falta de condições. Estamos simplesmente a lançar dinheiro para adiar o que tem de ser feito: ter mercados concorrenciais em que as relações entre Estado e prestadores são asseguradas por contratos de obrigações de serviços públicos claros, transparentes e escrutináveis.

O modelo dos serviços municipalizados de transportes públicos está ultrapassado e estes projetos deviam ser o alerta para não se adiarem nas autarquias e nas comunidades intermunicipais as reformas necessárias para valorizar os trabalhadores e valorizar a concorrência.

Depois, temos as propostas do Partido Comunista Português e do Chega, que representam um retrocesso, porque são um voltar às centenas infindáveis de carreiras...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... e a uma visão de que tudo tem de ser do Estado e tudo é resolvido pelo Estado: negociar salários com ministros, pôr o Governo a deliberar tabelas salariais às segundas para uma carreira, às terças para outra e deixar os trabalhadores presos à agenda do Conselho de Ministros.

Descentralização e autonomia também é isto; não ceder a reivindicações que colocam o Estado central a intrometer-se na gestão dos municípios e encaminhar pela evolução necessária dos modelos de gestão.

Queremos transportes públicos com qualidade e capilaridade que sejam úteis aos cidadãos? Sim. Para isso temos que valorizar os trabalhadores que prestam esses serviços? Claro que sim. Temos que valorizar devidamente a relevância e o risco dessas funções? É óbvio que sim. Mas essa valorização não será feita com complementos que são remendos, que mantêm os trabalhadores presos aos modelos do passado e que adiam as mudanças necessárias para uma maior autonomia dos municípios e das empresas que prestam estes serviços, criando assim melhores condições quer para utilizadores quer para trabalhadores.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a Sr. Deputado Francisco Pimentel, do PSD.

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De boas intenções está o inferno cheio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — É o que me apetece dizer neste momento.

Independentemente disso, quero dizer que há um pecado na proposta do Partido Socialista — que está cheia de boas intenções para a valorização dos trabalhadores desta carreira que não existe.

Na verdade, a proposta tem cinco pecados originais. Repito, cinco.

O primeiro pecado é que não observa a negociação coletiva com os legítimos representantes dos trabalhadores que deve anteceder toda a negociação da legislação da Administração Pública; basta fazer uma visitação à Lei n.º 35/2014 onde diz isso. Portanto, negociar com os sindicatos é fundamental. Daí que o facto de isto não estar previsto na proposta seja o primeiro pecado.

O segundo pecado tem a ver com o facto de esta proposta do Partido Socialista estar ao arrefio das políticas seguidas em matéria da função pública, nomeadamente a Lei n.º 12-A/2008, que extinguiu, e bem, 1700 carreiras que eram uma dor de cabeça para quem administrava este País. Por isso, o Partido Socialista agiu bem. Agora, não se pode é olhar só para uma árvore e deixar de ver a floresta.

Depois, em 2022, o Partido Socialista fez o primeiro acordo plurianual de valorização das carreiras da Administração Pública, com a Sr.^a Deputada que estava aqui há pouco tempo, a Mariana Vieira da Silva, que fez aquilo que se chama a valorização das carreiras do regime geral. Essa valorização foi continuada com este Governo, e bem, e aprofundada com dois acordos de valorização das carreiras de regime geral e com cerca de 40 — a caminho dos 42 — acordos específicos de valorização das carreiras específicas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Foi por esta forma — não sendo verdade o que foi dito há pouco — que a carreira de assistente operacional, onde estes trabalhadores estão incluídos, teve uma valorização para todos de cerca de 234 €, no mínimo. E se formos rebuscar a valorização do primeiro acordo do Partido Socialista, vai para 400 e tal euros. Portanto, estamos a falar de uma realidade que é o segundo pecado, isto é, a contradição com as vossas políticas.

O terceiro pecado tem a ver com a legalidade, que é a questão de saber como é que se vai atribuir um suplemento a uma carreira que não existe. E não existe porque vocês extinguiram-na, e bem. Extinguiram-na! Por isso pergunto: como é que estão a criar um suplemento remuneratório a uma carreira que não existe, a um objeto que não existe e a funções que estão diluídas nas funções de assistente operacional? Como é que o vão operacionalizar?

O quarto pecado original, que é grave, é o seguinte: quem é que vai definir as funções concretas, suas, Sr.^a Deputada Rosa Cruz, que é trabalhadora, agente — que já não existe — único de transporte coletivo? Sou eu, Presidente da Câmara, porque você é a minha amiga, é minha afilhada, e entramos naquilo a que se chama a discricionariedade e a arbitrariedade?

Protestos do PS.

Depois temos o quinto pecado.

Protestos do PS.

Srs. Deputados, deixem-me terminar, porque estou mesmo aflito da garganta.

Depois, temos outra realidade. Ao pretenderem, legitimamente, agradar a estes trabalhadores da Administração Pública — colegas meus também —, estão a pôr em causa o princípio da igualdade e da equidade. Onde é que ficam os 400 trabalhadores? Ao que consta, porque ninguém sabe o número certo. Pergunto: onde é que vai pôr os outros milhares de trabalhadores assistentes operacionais que são condutores de máquinas pesadas, condutores de transportes coletivos? Vão ficar de fora? Sr.^a Deputada Rosa Cruz, vai introduzir ruído.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Não vai!

O Sr. **Francisco Pimentel** (PSD): — Vai sim, senhora.

Vai introduzir ruído, vai introduzir iniquidade, vai introduzir injustiça, mal-estar e vai fazer aquilo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos poupar a voz ao Sr. Deputado.

A Mesa não regista mais inscrições, pelo que passamos à fase do encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marina Gonçalves.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o BE não fala? Isto é que é bom, um descanso!...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No final deste debate fica muito clara a posição de cada partido ou, pelo menos, deveria ficar. Houve partidos que apresentaram propostas, algumas distintas, mas no sentido de valorizar, respeitar e atribuir justiça social — e já agora laboral — aos trabalhadores que estão a ver este debate e que não compreendem a posição do outro lado deste Hemiciclo, do PSD e do CDS, que passaram o tempo todo a falar de passado como se a vida coletiva e a nossa comunidade vivessem só de passado.

Protestos do Deputado do PSD Francisco Pimentel.

O passado é importante para aprendermos, melhorarmos e, como Partido Socialista, valorizarmos, continuando a fazer este caminho para valorizar trabalhadores.

Aplausos do PS.

Mas o passado para o PSD e o CDS só serve para tentar encontrar um escudo para o que vão fazer amanhã — que é desvalorizar estes trabalhadores.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Há 37 acordos!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — No final, espero que olhem nos olhos destes trabalhadores e digam: «Nós não queremos valorizar a vossa carreira. Não queremos garantir, através de instrumentos que estão na lei, como é o caso do suplemento, que as funções multidisciplinares que têm, que são objetivas e fáceis de identificar para

efeitos de atribuição do suplemento, que as suas funções não valem mais. E até criticamos aquilo que está feito, mas não fazemos nada para melhorar».

Do Partido Socialista não contam com isso. Contam com a avaliação do passado e contam com a melhoria das condições de vida. Espero que, neste Parlamento, com soluções distintas, possamos fazer este caminho fundamental, que é valorizar os trabalhadores.

Já estamos fartos. As pessoas não compreendem que o discurso do passado sirva apenas para parar o presente e o futuro. Mas é isso que PSD e CDS aqui fizeram.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — São 37 acordos!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Em nenhum momento foram capazes de dizer: «Não queremos melhorar as condições de trabalho destes trabalhadores. Não queremos!» Porque é isso que está subjacente às vossas intervenções. Aliás, bastante contrário àquilo que ouvi ontem o PSD dizer em comissão, deixem-me dizer-vos. Portanto, até é uma evolução negativa da posição que achei que o PSD ia ter aqui, de valorizar trabalhadores.

O apelo que deixo neste momento final às restantes bancadas é o seguinte: entre as iniciativas diferentes que temos, temos um projeto de lei que, no imediato, pode resolver ou pelo menos mitigar ou dar maior justiça aos trabalhadores. E o apelo que deixo é no sentido de que possamos trabalhar neste diploma e aprovar este suplemento. Sem prejuízo disso, que possamos continuar a fomentar melhores condições de vida para estes trabalhadores, que é a justiça, é o nosso trabalho e é isso que nos é devido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Terminado que está o quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, passamos ao sexto e último ponto, que consiste na discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 716/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a preservação do património digital, nomeadamente o associado ao *SAPO Blogs*, 782/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, 788/XVII/1.^a (PAN) — Pela preservação de conteúdos digitais históricos relevantes para a cultura portuguesa, 800/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que assegure a preservação do acervo do *SAPO Blogs*, e 805/XVII/1.^a (L) — Salvaguardar e valorizar o património digital em Portugal.

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

Peço aos Deputados que estão de pé o favor de se sentarem, para o Sr. Deputado poder dar início à sua intervenção.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal precisa de uma torre do tombo digital.

O caso que nos trouxe a este debate — à proposta da Iniciativa Liberal e a outras que, entretanto, surgiram — foi o do anúncio do encerramento da plataforma *SAPO Blogs*. Trata-se de um espólio que não se pode perder. Não apenas os textos, mas também as imagens. São mais de duas décadas de produção de conteúdos e de muitos debates.

Alguns daqueles que criticam o SAPO pela decisão de encerramento deveriam estar a fazer um ato de contrição, pois quando aqui se debateu o *Digital Services Act* apoiaram sem questionar e muitas palmas bateram. Agora serão lágrimas de crocodilo.

A necessidade de termos esse arquivo digital vai muito além dos blogues. São também *sites* institucionais, imprensa e tudo o que sejam fontes abertas em ambiente digital. Neste caso dos blogues, tivemos duas equipas, a do *Arquivo.pt* e a do SAPO, a colaborar com zelo. Mas a cada dia que passa surgem novas necessidades e desafios, sejam eles humanos ou técnicos.

Na nossa proposta, optámos por não afunilar uma solução. Pois embora o *Arquivo.pt*, criado no seio da FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional), se apresente como a solução óbvia, também não é suficiente dizer que precisa de mais recursos financeiros, materiais e humanos. Muito provavelmente, o *Arquivo.pt* precisa de mais liberdade, de mais autonomia. Nem de passar da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) ou da nova AI² (Agência para a Investigação e Inovação E.P.E.) para a Biblioteca Nacional, até porque com esta já colabora de forma ágil.

Mas para aqueles que ainda duvidam desta necessidade de preservação, permitam-me que volte aos blogues e vos fale de um caso bem atual. Hoje, todos nós Deputados estivemos a votar para potencialmente eleger para Provedor de Justiça uma escolha do Partido Socialista que nos leva a recordar os anos de José Sócrates e como uma máquina de propaganda, de intoxicação da opinião pública, de tentativa de condicionamento da imprensa e de ataques e difamação a adversários foi montada e executada.

Que jeito daria a alguns, onde se tentaram esconder no anonimato e em pseudónimos, que o património digital se pudesse eclipsar? Muito útil seria para alguns que a qualquer momento não fosse possível ver como, de 2005 a 2015, o Partido Socialista atuou através do blogue *Câmara Corporativa*.

É por isso que o debate que aqui temos hoje é muito mais do que sobre blogues ou *sites*. É um debate sobre memória. A memória de uma comunidade e de como ela deve estar documentada e preservada. Porque hoje alguns ativam a sua memória, mas no futuro, sejam historiadores, investigadores, jornalistas ou apenas curiosos, todos devem ter acesso ao que tantos criaram, produziram, publicaram, partilharam, opinaram e debateram.

Termino citando o Sr. Presidente da Assembleia da República, que exprimiu um receio que muitos de nós acompanhamos: «O risco que corremos é que, daqui a 50 anos, seja mais fácil consultar os jornais de 1975 do que os blogues de 2010.»

Haja memória, haja arquivo digital.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é interessante avaliar um projeto de um partido que muitas vezes, diria eu, até com alguma soberba ideológica, age com alguma confusão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Mas voltemos à base. Adam Smith, o pai do liberalismo económico, um filósofo escocês, em pleno século XVIII, definia um princípio claro: aquele de que o Estado só deve intervir apenas e quando existe um interesse público que o próprio mercado, por si só, não consegue assegurar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — A Iniciativa Liberal traz hoje uma iniciativa à discussão que, com mais ou menos relevância, pretende, no fundo, preservar o património digital, particularmente de uma plataforma privada, no caso, a *SAPO Blogs*.

Mas que fique claro, em primeiro lugar, que o encerramento desta mesma plataforma resultou de uma decisão empresarial, decisão essa que foi legítima e livre também.

Portanto, surge aqui uma enorme incoerência por parte da Iniciativa Liberal. É que a Iniciativa Liberal, que tantas vezes se apresenta como a defensora e o grande arauto da não intervenção estatal, hoje vem recomendar ao Estado que intervenha numa realidade que é tudo menos sua.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Por conseguinte, em que ficamos? Defendem o mercado quando convém e pedem intervenção quando ela parece útil?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — É que, numa linguagem que também é muito vossa, isso parece um projeto um tanto ou quanto populista. Mas — que fique claro — até o próprio Adam Smith provavelmente coraria com este mesmo projeto.

No entanto, há muito mais ainda a considerar, no caso. Designadamente, estes conteúdos digitais foram sendo acumulados ao longo de cerca de duas décadas, num espaço que não tinha uma regulamentação tradicional criteriosa.

Ora, a mesma Iniciativa Liberal, que muitas vezes recusa — e bem, diria eu — esta tentativa de controlo estatal sobre o meio digital, hoje quer atribuir ao Estado o papel de grande guardião desta mesma memória.

Portanto, fica a questão: com base no quê? E porquê desta forma?

Por isso mesmo, Sr. Presidente, é importante definirmos o seguinte: ou acreditamos, como defendemos, e aceitamos que as plataformas e os indivíduos colham e plantem aquilo que fizeram até o momento, ou então vamos estar a abrir a porta possivelmente a algo que vai muito além da preservação, mas vai acima de tudo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Daniel Teixeira, por falar em confusão ideológica, vindo do Chega, o assunto podia estar arrumado, mas, desde que ouvimos o Sr. Deputado André Ventura daquele palco a explicar-nos que afinal existe uma coisa que é o «cheganismo», o cheganismo é um vale tudo.

Protestos do CH.

À segunda é uma coisa, à terça é outra, neste Plenário, o Chega já chegou, no mesmo agendamento, a dizer coisas diferentes.

Protestos do CH.

Ó Sr. Deputado, a Iniciativa Liberal nunca disse que o Estado não deve existir.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a resposta?!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal tem, desde há séculos, uma tradição arquivística que é também uma tradição democrática. O depósito legal, a Biblioteca Nacional e a Torre do Tombo são instituições que garantem que a memória do que somos, do que debatemos, do que decidimos, não desaparece com o tempo.

Criada em 1982, a lei do depósito legal teve atualizações em 2006 e 2013, mas continua a ser o instrumento-base que enquadra a preservação das publicações impressas em Portugal.

Foi um Governo do PS que lançou, em 2007, o *arquivo.pt*, a infraestrutura pública que hoje arquiva a *web* portuguesa e que todas as outras propostas aqui em debate reconhecem como peça essencial desta resposta. Foi sob governos do PS que se desenvolveu a Biblioteca Nacional Digital e se construiu o RODA, Repositório de Objetos Digitais Autênticos, tornando Portugal uma referência europeia em preservação documental digital.

Hoje, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista volta a apresentar uma proposta estrutural sobre esta matéria. É uma sequência lógica, é coerência histórica. Esse compromisso com a memória não é nostalgia, é um dever republicano, e esse dever não termina na fronteira entre o papel e o ecrã.

O anúncio de encerramento do *SAPO Blogs* trouxe ao espaço público uma questão que vai muito além da plataforma, trouxe a evidência de que o Estado português não tem hoje um regime adequado para garantir que a memória digital, jornalística, cívica e cultural, seja preservada com a mesma seriedade com que preservamos aquilo que foi impresso. Não podemos correr o risco, como disse o Sr. Presidente da Assembleia da República, que já hoje foi aqui citado, de que daqui a 50 anos seja mais fácil consultar os jornais de 1975 do que os *blogs* de 2010. Este risco é real e a resposta não pode ser casuística.

É por isso que a proposta do PS hoje apresentada não se limita a pedir ao Governo que salve o *SAPO Blogs*. O PS propõe a criação de um regime de depósito legal digital para edições jornalísticas e conteúdos de informação pública, com a integração no arquivo digital nacional e sob tutela da DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) e da Biblioteca Nacional de Portugal. Propõe também um regime jurídico de preservação de conteúdos relevantes para o debate público contemporâneo, em que se incluem os *blogs*, com regras claras de classificação, acesso e compatibilização com direitos de autor. É uma proposta estrutural, não é uma solução de emergência — é uma solução de Estado.

Olhando as restantes iniciativas aqui em debate, reconheço também a convergência no diagnóstico, e isso é positivo. Algumas propostas propõem mandar arquivar o *SAPO Blogs* no *arquivo.pt* e garantir-lhe meios, e nós apoiamos também essa dimensão.

Portugal tem as instituições, tem o enquadramento europeu — o Regulamento EMFA (Liberdade dos Meios de Comunicação Social) protege os conteúdos jornalísticos — e tem a experiência arquivística para fazer isto bem. Falta agora esta decisão política.

A memória democrática não se constrói apenas com registos oficiais; constrói-se com a multiplicidade de vozes que participaram no debate público, com os textos escritos durante a crise, com as crónicas que influenciaram o pensamento político antes de qualquer rede social existir. Essa memória é nossa e temos, uma vez mais, a responsabilidade de a preservar.

O PS pede a esta Assembleia que recomende ao Governo criar esse regime.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Uma das maiores empresas a atuar na economia portuguesa, a Altice, líder de mercado com lucros milionários, que resulta de uma privatização desastrosa da PT (Portugal Telecom), quer acabar com uma plataforma que detém um importante espólio do debate público português em ambiente digital, o *SAPO Blogs*.

Seria mais ou menos assim que trataríamos o assunto no *Arrastão*, no *5Dias*, no *Barnabé* ou no *Adeus, Lenine*. Ficaríamos sempre por saber o que é que o *Jugular* diria, o que é que a *Câmara Corporativa* escreveria.

Mas nós, à esquerda, trataríamos este assunto desta forma: ficando à espera do que é que o *31 da Armada*, o *Cachimbo de Magritte*, o *Insurgente* ou *Blasfémias* escrevesseggg para nos explicar como é que conseguiríamos preservar o espaço público digital, a memória da blogosfera portuguesa, sem a intervenção do Estado.

Por isso, vamos apoiar todos os projetos que querem preservar uma parte importante da nossa memória coletiva e do debate público.

Quem andava, por aqueles dias, nos combates de blogues — chegou, aliás, a ter até um programa na TVI —, deve certamente sentir saudades de um tempo em que, apesar de já existirem trincheiras, conseguíamos divergir uns dos outros em termos bem mais urbanos e construtivos, mesmo quando mobilizávamos todo o nosso fel, nos debates entre a esquerda socialista e a direita liberal que por lá prosperava. Isso devia-nos fazer refletir.

Por isso é que é também importante manter a memória da blogosfera portuguesa, porque é um retrato de uma forma do debate público do qual devemos ter saudades, porque mobilizava a argumentação, as fontes

fidedignas, o escrutínio jornalístico — não por acaso, muitos saltaram da blogosfera para a política, para o jornalismo, para a literatura.

Portanto, preservar a blogosfera portuguesa é preservar também uma parte importante do debate público português, pelo que queremos saudar a Iniciativa Liberal por esta iniciativa e o discurso do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre, para uma intervenção.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por agradecer à Iniciativa Liberal a marcação deste debate, que nos permite falar de memória, como disse o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva. A memória de que tanto falamos, quando falamos de monumentos ou de museus, é a mesma de que também falamos, quando falamos no mundo digital.

Costuma-se dizer que «uma vez na *internet*, para sempre na *internet*». Era bom que assim fosse, que tivéssemos a garantia do arquivo do nosso património digital, e é isso que hoje aqui trazemos. Queremos garantir que a nossa identidade, a nossa experiência coletiva, as nossas opiniões são preservadas e que, enquanto sociedade, damos sentido e continuidade ao que conquistámos ao longo do tempo. Se o fazemos com jornais, se o fazemos com uma obra num museu, porque não olhamos da mesma maneira para o mundo digital?

A cultura garante-nos também a memória, como aqui dissemos, e essa memória tem de ser preservada, não apenas para guardar o passado, mas para construir o futuro da nossa comunidade. Garantir esse futuro é trabalhar pela proteção dos conteúdos *online* e pela sua acessibilidade, livre e aberta a todas as pessoas.

É disso que hoje aqui falamos, da proteção de espaços digitais, como o *SAPO Blogs*, por exemplo. Proteger estes espaços é fixar na memória a visibilidade que demos e damos a outras vozes, é fixar outras perspetivas culturais e sociais e a participação cívica de toda a gente.

Quando estão em causa registos singulares da vida pública portuguesa, dos debates políticos e de obras de valor histórico, a sua eventual perda não pode ser tratada como uma questão meramente comercial. Muitos destes repositórios de conhecimento assentam em plataformas privadas, cuja continuidade depende de decisões empresariais alheias ao interesse público e que afetam a pluralidade da nossa democracia.

Não achamos que o mercado resolve tudo. Por isso, a nossa proposta é clara: o Estado, tal como fez com hemerotecas, bibliotecas, museus e monumentos, não deve virar a cara ao património digital e deve intervir e assumir um papel ativo na nossa herança social e cultural.

A boa notícia é que já existe caminho feito em Portugal. Já existe uma infraestrutura de referência para o efeito, o *Arquivo.pt*, enquanto serviço digital da FCT, que já arquiva conteúdos da *internet* portuguesa. Já recolheu, ao longo dos anos, conteúdos digitais de milhares de *sites* de interesse para o País, incluindo o *SAPO Blogs*. O seu valor é reconhecido internacionalmente e tem uma utilidade inestimável, inclusive na educação.

Já imaginaram o potencial que se pode perder, se continuarmos a fechar os olhos? Estamos a falar também da preservação de material para a educação e para a investigação em Portugal, e isso não pode ser desvalorizado.

O que propomos é muito simples: que o *Arquivo.pt* tenha esse reconhecimento também em Portugal e que tenha os meios humanos, técnicos e financeiros para se tornar mais moderno, acessível e enquadrado numa estratégia nacional de preservação do património digital.

Proteger Portugal é proteger o nosso património nacional, inclusive o digital, e proteger o digital é investir na cidadania informada e participada, é defender a memória democrática e é manter viva a nossa liberdade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Liliana Sousa, do Partido Social Democrata, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A memória de um povo não se escreve apenas em pedra e papel, escreve-se hoje em *bits* e *bytes*. Para este Governo, a preservação deste património não é um exercício de nostalgia. É, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um imperativo de cidadania e um dever de responsabilidade histórica.

Ressalve-se que este debate sobre a preservação da blogosfera portuguesa é essencial, mas é importante sublinhar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a resposta do Estado já passou o plano das intenções e está no plano da concretização. Este Governo acredita que a transição digital exige prontidão, por isso, não espera por diagnósticos para agir e muito menos que o património dos portugueses esteja em risco.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me que atualize este Plenário: a nova Agência para a Investigação e Inovação, AI², e o *Arquivo.pt* já estão no terreno, numa operação técnica sem precedentes. Estamos a falar da salvaguarda de 200 000 blogues do universo SAPO, que estão a ser objeto de uma recolha progressiva, com robôs e validação humana, para assegurar a melhor cobertura e qualidade. Em suma, trata-se de duas décadas de opinião, cultura e debate público, que constituem a espinha dorsal da nossa democracia digital.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — O *arquivo.pt*, um serviço público de excelência mundial, agora integrado na esfera da AI², está a utilizar tecnologia de ponta para garantir que nenhuma linha da nossa história se perca no esquecimento de um servidor desligado.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — Esta é a marca deste Governo: uma gestão pública que antecipa problemas e entrega soluções operacionais.

Aplausos do PSD.

Para o PSD, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um Estado moderno é aquele que valoriza e reforma as suas instituições, para servirem melhor o País.

Quando o MECI (Ministério da Educação, Ciência e Inovação) criou a AI², o objetivo foi precisamente este: dar escala, eficácia e visão estratégica à nossa ciência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — Pedir protocolos que já estão em curso seria ignorar a competência desta nova agência, que já provou saber proteger o nosso património.

A estratégia para o digital é, portanto, coerente, integrada e ambiciosa. Da mesma forma que protegemos o passado com o *arquivo.pt*, estamos a construir o futuro com o LLM (*Large Language Model*) Amália,...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Sousa** (PSD): — ... garantindo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a língua portuguesa e o nosso património intelectual não são apenas preservados, mas lideram a nova era da inteligência artificial.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o património está a salvo, a memória dos portugueses está segura. O Governo do PSD não se limita a recomendar; o Governo do PSD executa e protege o que é de todos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje é suscitada aqui a interessante discussão sobre a efemeridade da memória digital, confirmando-se que está ainda longe de ser uma memória perpétua, pelo menos na perspetiva comercial. Já agora, sim, nós podemos consultar muitos jornais com séculos, e não apenas de 1975.

É, afinal, o capitalismo a funcionar e é, pelo menos, paradoxal que a Iniciativa Liberal, tão ciosa dos seus mecanismos e da libertação da economia do jugo do Estado, venha tomar a iniciativa de pedir o suporte do Estado.

É certo, a plataforma *SAPO Blogs* vai cessar em junho o serviço de alojamento e gestão de blogues. Em novembro, ou os autores os terão migrado para outras plataformas — e há várias, e muitos já o fizeram —, ou todas as suas criações, parafraseando Bocage, «à cova escura» digital «vão parar, desfeitas em vento...», a menos que o Estado as redima da morte certa, como o defendem as várias propostas em presença.

Não deixa de ser irónico que a IL, tão afinçada na defesa da livre iniciativa empresarial e da livre iniciativa de descontinuar produtos e serviços, de fazer cessar atividades, de reestruturar e encerrar empresas, venha agora pedir a intervenção estatal.

É pena que não peça o reforço de trabalhadores na Administração Pública, que irão certamente ser necessários para dar suporte ao amparo digital que agora propõe.

Neste tempo de inquietações com a memória, é preciso recordar os aplausos neoliberais à destruição da empresa pública de telecomunicações onde o *SAPO* nasceu — a PT —, e que, em novembro passado, a Altice vendeu a um fundo estrangeiro o único centro de dados em Portugal, situado na Covilhã.

Com estas observações, o PCP não desvaloriza a genuína preocupação das várias propostas com o risco de desaparecimento deste real património de muitos milhares de espaços, certamente úteis e recheados de incontáveis criações de qualidade dignas de proteção, o que, de resto, coloca a questão de como garantir igual cuidado se um dia o mesmo problema for colocado quanto à sobrevivência de idênticas criações alojadas noutras plataformas — o *Blogger*, o *WordPress*, etc.

Mas, já agora, tivesse havido esse desvelo, nomeadamente da IL, por arquivos e memórias, e teriam sido já aprovadas neste Parlamento propostas do PCP para a salvaguarda e digitalização de bibliotecas e arquivos das coletividades populares. Vamos a uma: no último processo orçamental, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS e as abstenções do PS e do Chega.

Sr. Deputado Rodrigo... Carvalho, não precisa de abanar com a cabeça, tem tudo a ver com a mesma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. É Rodrigo Saraiva, e era por isso que estava a abanar com a cabeça, para dizer que não era Carvalho...

Pausa.

No final deste ponto, a Mesa está em condições de dar a informação sobre os resultados das eleições para os diversos órgãos externos. Por isso, pedia aos Srs. Deputados para também estarem mobilizados a seguir este ponto, para esse momento importante de anúncio dos resultados com as respetivas atas.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Leandro Luís, do PSD.

O Sr. **Leandro Ferreira Luís** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje um tema relevante — a preservação da memória digital em Portugal —, e nisso estamos todos de acordo.

Mas reconhecer a importância de um problema não nos dispensa de fazer uma pergunta essencial: estamos realmente perante um vazio ou perante um trabalho que está em curso?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vivemos numa era em que uma parte significativa da nossa vida coletiva, cultural, cívica e política existe apenas no digital. E sim, esse património deve ser preservado.

É precisamente por levarmos este tema a sério que não podemos cair em diagnósticos simplistas, nem em soluções apressadas, porque a verdade é esta: Portugal não está a começar do zero.

Existe o *arquivo.pt*, gerido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que agora é o AI², que faz exatamente este trabalho há anos — preservar a memória da *internet* portuguesa com conteúdos que remontam aos anos 90.

E mais, no caso concreto do *SAPO Blogs*, tantas vezes aqui referido, já está em curso um processo de recolha massiva e estruturada, envolvendo centenas de milhares de blogues, ou seja, aquilo que hoje é apresentado como uma urgência política, já está, na prática, a ser executado.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto não significa que está tudo feito. Significa algo mais importante. Significa que o trabalho está a ser feito com método, com conhecimento técnico e com continuidade. E não se limita ao *arquivo.pt.*, Portugal tem vindo a reforçar instrumentos como o RODA e está a avançar com o enquadramento jurídico para garantir não só a prevenção, mas também o valor e a utilidade futura da informação digital.

Nós temos uma estratégia, Srs. Deputados. Isto, sim, chama-se estratégia, não reação. É aqui que importa ser claro. Uma coisa é valorizar o património digital — e nisso estamos todos alinhados —, outra coisa é ignorar o que já existe, propor soluções que duplicam o esforço ou partem de um diagnóstico incompleto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a prevenção digital não se faz com *slogans*, faz-se com equilíbrio. Equilíbrio entre o interesse público e a liberdade, equilíbrio entre urgência política e capacidade técnica, equilíbrio entre ambição e eficácia. E é exatamente esse equilíbrio que o Governo tem procurado garantir.

Termino com uma ideia simples, mas importante. Não estamos a começar este caminho, estamos já a percorrê-lo. E é com esse sentido de responsabilidade que o Grupo Parlamentar do PSD continuará a trabalhar, com seriedade, com resultados, com visão de futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Eu hoje poderia iniciar esta intervenção agradecendo este debate que foi aqui trazido, mas não o vou fazer. A Iniciativa Liberal traz hoje a debate um tema que infelizmente espelha o afastamento deste Parlamento face às verdadeiras preocupações e dificuldades que o País atravessa.

Num momento em que as famílias enfrentam sérias dificuldades para pagar a sua casa, para irem fazer as suas compras alimentares, abastecer os seus veículos, em que há setores produtivos em crise, problemas sérios na saúde, na economia, na agricultura, enfim, a prioridade que nos é trazida hoje é o encerramento de uma plataforma de *blogs*.

Não está em causa ignorar este tema, mas está em causa perceber prioridades para trazermos a debate a esta Câmara. Estamos a falar de uma plataforma privada, criada no contexto do *SAPO*, a *SAPO Blogs*, hoje integrada na Altice Portugal, cuja descontinuação resulta de uma decisão empresarial legítima. E neste contexto convém dizer o óbvio: é de extrema importância clarificar que os conteúdos dos *bloggers* desta plataforma não vão desaparecer por magia. Estes mesmos utilizadores estão a ser atempadamente informados e têm ao seu dispor mecanismos para exportar e preservar os seus próprios conteúdos, que também importa relembrar que têm proprietário.

Também queria dizer que há poucas semanas, neste Parlamento, discutimos o acesso dos jovens ao digital. O digital é um perigo ou é um património? Ou muda conforme o vento político? E quando foi preciso decidir, muitos nem decidiram, abstiveram-se, fugiram à responsabilidade, não tiveram coragem para defender a liberdade nem para assumir o controlo. Ficaram no meio. O Chega não ficou, foi claro: votámos contra o controlo excessivo porque não aceitamos um Estado que trate os cidadãos como incapazes.

Hoje, esta bancada parlamentar continua a ser clara. Respeitamos e defendemos o património nacional, mas não aceitamos um Estado que queira transformar-se no guardião da memória digital, porque isto começa com preservar, mas rapidamente passa a ser decidir o que preservar, e isso é um caminho perigosíssimo, porque quem controla a memória, controla a narrativa, e quem controla a narrativa, controla o futuro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu, por momentos, até me confundi, na dúvida se este projeto de resolução não teria sido apresentado pelo Livre,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — ... apesar de achar na mesma — e permita-me dizê-lo, Sr. Presidente — que é roçar o ridículo trazer este tema a debate,...

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

... teria compreendido mais facilmente. No entanto, foi mesmo apresentado por liberais.

Risos do CH.

Um país sem memória é frágil. O Chega não descarta a preocupação que este tema nos traz, mas um país com prioridades políticas completamente trocadas é um país que está desligado das pessoas e demonstra muita fragilidade.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

E é exatamente isso que hoje aqui vemos.

Aplausos do CH.

Mas aquilo que os portugueses esperam deste Parlamento não é este tipo de debates laterais. Os portugueses esperam respostas aos problemas diretos, reais, básicos, que enfrentam todos os dias. E neste momento, debater encerramento de blogues é faltar aos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Tavares.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, dispõe de 16 segundos mais 15.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, em particular o nosso Colega Deputado Rodrigo Saraiva, a quem foi feito um grande elogio, dizendo que este projeto poderia ser do Livre.

Risos de Deputados do PS.

Sr. Deputado, nós não queremos, ninguém quer, que o Estado trate os cidadãos como incapazes, mas há cidadãos que não podem mesmo recuperar os seus blogues. Eu lembro, por exemplo, o blogue de Pedro Lains, reputado economista que já faleceu, não o pode recuperar. Se o Estado não fizesse o que devia fazer com a Torre do Tombo, por exemplo, aí é que viriam alguns controlar a memória. É para isso que servem os arquivos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições e, assim, penso que será o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva a fazer o encerramento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o Deputado único da IL!

O Sr. **Presidente**: — Tem 2 minutos... Não, tem 4 minutos e 26 segundos.

Entretanto, informam-me que são mesmo os 2 minutos e 26 segundos. Eu estava a ser muito liberal na disposição do tempo...

Risos do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, se eu tivesse esses 4 minutos iria voltar ao plano inicial, com uma intervenção que tinha preparada para fazer, mas que, entretanto, decidi não fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Isto vai um pouco à desgarrada, e vai à desgarrada porque aconteceu neste debate — e acontece com bastante regularidade nesta Casa — os partidos fazerem um esforço para escreverem propostas. Propostas mais curtas, mais longas, mas são explícitas e demonstram aquilo que um partido pensa sobre determinado tema, o diagnóstico que faz, as soluções que apresenta. Além das propostas, os partidos fazem intervenções de apresentação e vão àquele púlpito, ou fazem-no da bancada, e dizem coisas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alguns! O Bloco não faz apresentação!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E aquilo que acontece a seguir, com grande regularidade, é que parece que não há outros Deputados ou outros partidos que se dão ao trabalho de ver as propostas dos restantes partidos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É superioridade intelectual!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... de ouvir as intervenções dos outros partidos e, portanto, ficamos aqui em debates em que parece que não estamos no mesmo comprimento de onda, que não estamos na mesma realidade.

Eu volto a dizer, em nome da Iniciativa Liberal — porque nós sabemos aquilo que é o Estado, e o Estado são as pessoas e as pessoas precisam de ter memória —, que demos hoje um exemplo do que é que é preciso para ter memória, porque esta Casa recusou, e bem, uma pessoa que não estava apta para determinada função, porque alguém fez o trabalho de ter memória. A memória, o património — seja ele escrito, sejam os edifícios, como já foi dito —, precisam de ser preservados.

Depois, parece que... Eu entrei neste debate a achar que havia um partido — o Partido Socialista, e acho que até acabei por dizê-lo na minha intervenção inicial — que tinha algum receio da preservação do património digital. E termino este debate a perceber que, afinal, o Chega não quer que haja memória. Quer derrubar a Torre do Tombo, não quer que haja memória na *internet*...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Mas depois nós lembramo-nos, por exemplo, que o Sr. Deputado André Ventura, seja em blogues ou em *sites*, está permanentemente a ser recordado aqui com aquilo que escrevia em artigos de opinião ou em teses académicas que fazia.

O Chega não quer que isso aconteça? Tem receio que isso aconteça? Que haja memória, que haja escrutínio, que haja curiosos? Não precisam de ser historiadores e investigadores, qualquer pessoa, qualquer mero curioso pode ir a uma Torre do Tombo, seja ela a física ou a Torre do Tombo digital, ou a um computador, e ver tudo aquilo que cada um disse e escreveu.

Haja memória, haja arquivo digital, porque isso é haver democracia, é haver escrutínio, e ninguém tem de ter receio disso.

Aplausos da IL e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — E assim encerra-se este ponto da ordem de trabalhos.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, são 19 horas. Temos também a celebração do dia do Município de Vila Nova de Cerveira aqui na Assembleia. E, portanto, agora, o Sr. Secretário Francisco Figueira vai dar a indicação...

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É muito rápido, Sr. Presidente, não tem nada a ver com este ponto, é uma interpelação à Mesa. Mais do que uma interpelação à Mesa, é um desabafo que eu creio...

O Sr. **Presidente**: — Não, mas desabafos não pode.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma interpelação à Mesa.

Burburinho na Sala.

Calma! São sete da tarde, tenham calma!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é uma interpelação à Mesa para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos, relativamente aos resultados que o Sr. Presidente vai anunciar daqui a pouco, sobre as eleições para os órgãos externos, porque acho profundamente lamentável que, há uma hora e meia, ou há uma hora, a comunicação social já tenha dado os resultados e que nós não saibamos nada.

O Sr. **Presidente**: — É verdade...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós somos Deputados eleitos pelo povo, deveríamos ser os primeiros a saber, antes da comunicação social. Portanto, este é o meu lamento e desabafo, Sr. Presidente.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — É verdade, mas quem não tiver telhados de vidro, seja onde for, instituições ou partidos, que se chegue à frente.

Aplausos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

A verdade é que esta é uma situação que acontece em muitos sítios. Não deveria acontecer, mas acontece, e sou o primeiro a lamentá-la.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É imputar responsabilidades!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Está a desconfiar do Secretário do Chega?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É responsabilidade do PS!

O Sr. **Presidente**: — Vamos então à dimensão formal e ouvir a proclamação dos resultados. Peço ao Sr. Deputado Francisco Figueira o favor de os anunciar.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, relativamente à eleição para Provedor de Justiça, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 104 votos a favor, 86 votos em branco e 36 votos nulos.

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declara-se não eleito o candidato Tiago Barreto Caldeira Antunes (PS).

Aplausos do CH e da IL, com o Deputado Rui Rocha de pé.

Quanto à eleição para Presidente do Conselho Económico e Social, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 192 votos a favor, 30 votos em branco e 4 votos nulos. Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declara-se eleito o candidato Luís Miguel Pais Antunes (PSD).

Aplausos do PSD.

No tocante à eleição para o Conselho Superior da Magistratura, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 193 votos a favor, 22 votos em branco e 11 votos nulos. Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os candidatos Alfredo José Leal Castanheira Neves (PSD), Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (CH), Cláudia Maria Cruz Santos (PS), António José Barradas Leitão (PSD), Nuno Ricardo Gonçalves Martins (CH), Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz (PSD) e Vítor José Pereira Teixeira de Sousa (PS).

Aplausos de Deputados do CH e do PS.

Em relação à eleição para o Conselho Superior de Defesa Nacional, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 186 votos a favor, 30 votos em branco e 10 votos nulos. Declaram-se eleitos Bruno Miguel Pedrosa Ventura (PSD) e Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César (PS).

Aplausos do PSD.

Relativamente à eleição para o Conselho Superior de Informações, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 159 votos a favor, 52 votos em branco e 15 votos nulos. Declaram-se eleitos Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo (PSD) e Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão (PS).

Aplausos de Deputados do PSD.

No que concerne à eleição para o Conselho Superior de Segurança Interna, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 178 votos a favor, 34 votos em branco e 14 votos nulos. Declaram-se eleitos António Costa Rodrigues (PSD) e Rui Paulo Duque Sousa (CH).

Aplausos do CH e de Deputados do PSD.

No que se refere à eleição para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, num universo de 225 Deputados votantes, registaram-se 161 votos a favor, 54 votos em branco e 10 votos nulos. Declara-se eleito Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD).

Relativamente à eleição para o Conselho de Estado, num universo de 225 Deputados votantes, registaram-se 67 votos a favor na Lista A, 141 votos a favor na Lista B, 8 votos em branco e 9 votos nulos. Nestes termos, a Lista B elegeu 4 membros e a Lista A elegeu 1 membro.

Burburinho na Sala.

Declaram-se assim eleitos os candidatos Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares (PSD),...

Aplausos do PSD.

... André Claro Amaral Ventura (CH),...

Aplausos do CH.

... Carlos Manuel Félix Moedas (PSD),...

Aplausos do PSD.

... Pedro Miguel de Azeredo Duarte (PSD)...

Aplausos do PSD.

... e Carlos Manuel Martins do Vale César (PS).

Quanto à eleição para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 196 votos a favor, 25 votos em branco e 5 votos nulos. Declaram-se eleitos Maria Germana de Sousa Rocha (PSD) e Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa Luz Carneiro (PS).

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

No que respeita à eleição para o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 180 votos a favor, 33 votos em branco e 13 votos nulos. Declaram-se eleitos Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier (PSD) e Paulo Jorge Ramos de Faria (CH).

Relativamente à eleição para o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 194 votos a favor, 27 votos em branco e 5 votos nulos. Declara-se eleita Susana Antas Videira (PSD).

No que concerne à eleição para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 186 votos a favor, 27 votos em branco e 13 votos nulos. Declaram-se eleitos António Alfredo Delgado da Silva Preto (PSD), Helder Nuno de Jesus da Cruz Oliveira Pereira Pombo (CH), Helena Maria Mesquita Ribeiro (PS) e Joaquim Manuel Freitas da Rocha (PSD).

Em relação à eleição para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 187 votos a favor, 34 votos em branco e 5 votos nulos. Declara-se eleita Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra (PSD).

Aplausos do PSD.

Relativamente à eleição para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, num universo de 225 Deputados votantes, registaram-se 183 votos a favor, 35 votos em branco e 7 votos nulos. Declara-se eleito Jorge Alexandre Mendes Pedrosa (PSD).

Quanto à eleição para o Conselho Superior do Ministério Público, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 194 votos a favor, 21 votos em branco e 11 votos nulos. Declaram-se eleitos Fernando Jorge de Loureiro de Roboredo Seara (PSD), Fernando José da Silva (CH), Vânia Gonçalves Álvares (PS), Pedro Miguel Neves de Sousa (PSD) e Cristiana Alexandra Vaz Ramos da Silva (CDS-PP).

Aplausos do PSD.

Em relação à eleição para o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 176 votos a favor, 36 votos em branco e 14 votos nulos. Declaram-se eleitos Jorge Miguel Esteves Teixeira (IL) e Patrícia Carla Serrano Gonçalves (L).

Aplausos do L.

Relativamente à eleição para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 200 votos a favor, 21 votos em branco e 5 votos nulos. Declaram-se eleitos João Filipe Monteiro Marques (PSD) e Raquel Helena Veiga Saraiva Franco Moniz (PS).

Por fim, na eleição para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, num universo de 226 Deputados votantes, registaram-se 196 votos a favor, 26 votos em branco e 4 votos nulos. Declara-se eleita Maria Cândida Guedes Machado Antunes Oliveira (PSD).

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A nossa sessão de amanhã é às 10 horas e a ordem do dia encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Até amanhã, boa tarde.

Eram 19 horas e 11 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.